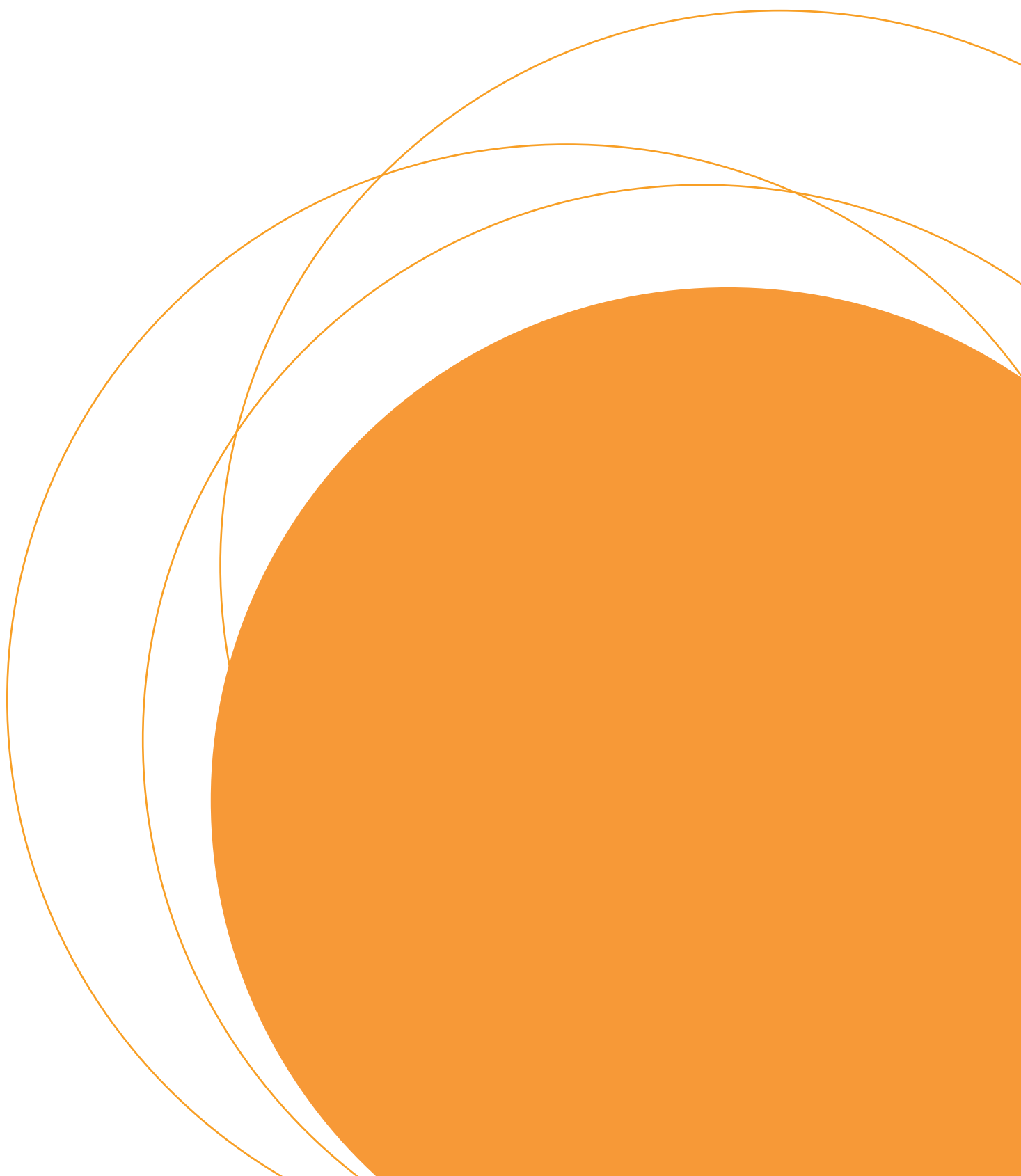


ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

(2010 - 2011) RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO





GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



ONGD
PLATAFORMA . PORTUGUESA

CIDAC



Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Escola Superior
de Educação

FICHA TÉCNICA

RESPONSABILIDADE

Comissão de Acompanhamento da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

Direção-Geral da Educação

Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

REDAÇÃO

La Salette Coelho

Colaboração: Júlio Santos, Rui Garrido e Sara Poças

Gabinete de Estudos para a Educação e o Desenvolvimento (GEED)

Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC)

ÍNDICE

A – NOTA INTRODUTÓRIA	5
B – OBJETIVOS	9
C – METODOLOGIA.....	10
D – COBERTURA DAS MEDIDAS.....	16
OBJETIVO 1	16
OBJETIVO 2	22
OBJETIVO 3	28
OBJETIVO 4	33
OBJETIVO 5	44
OBJETIVO 6	47
E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO	50
COBERTURA GEOGRÁFICA	50
PÚBLICOS-ALVO.....	57
ENTIDADES FINANCIADORAS	62
PARCERIAS.....	65
F – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	66
G – ANEXOS	69
ANEXO 1 - TERMOS DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO	70
ANEXO 2 - LISTA DAS ONGD CONTACTADAS E SUA ADESÃO	74
ANEXO 3 - PROJETOS APROVADOS, NA LINHA DE FINANCIAMENTO DE ED, EM 2010	76
ANEXO 4 - ALGUMAS REFERÊNCIAS E ATIVIDADES INTERNACIONAIS RELACIONADAS COM A ENED	77

LISTA DE SIGLAS

- ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos (ONGD)
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.
- ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos (ONGD)
- ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola (ONGD)
- ADRA - Associação Adventista para o Desenvolvimento, Recursos e Assistência (ONGD)
- AidGlobal - Ação e Integração para o Desenvolvimento Global (ONGD)
- APA – Agência Portuguesa do Ambiente
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural
- APF - Associação para o Planeamento da Família (ONGD)
- ARIPese - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação
- CAD - Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CE – Comissão Europeia
- CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (ONGD)
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (ONGD)
- CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNJ - Conselho Nacional da Juventude
- CNJP - Comissão Nacional Justiça e Paz
- CNU - Comissão Nacional da UNESCO
- CONCORD - Confederation for Relief and Development (ONGD Europeia)
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
- CPR - Conselho Português para os Refugiados
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação
- E&O - Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento (ONGD)
- ED – Educação para o Desenvolvimento
- ENED - Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento
- GEDC/ESE-IPP - Gabinete de Educação para o Desenvolvimento e Cooperação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

GEED/ESE-IPVC - Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

FEC - Fundação Fé e Cooperação (ONGD)

FGS - Fundação Gonçalo da Silveira (ONGD)

GENE – Global Education Network Europe

IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (ONGD)

IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr (ONGD)

IP - Instituição Pública

IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

IPJ - Instituto Português da Juventude

IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo

ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária (ONGD)

Médicos.M - Médicos do Mundo (ONGD)

Men.M - Meninos do Mundo (ONGD)

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMAS-LBN - Obra Missionária de Ação Social - Leigos Boa Nova (ONGD)

ONGD - Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

OSC - Organização da Sociedade Civil

PA – Plano de Ação

PPONGD – Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

RostoSol – Rosto Solidário (ONGD)

SOLSEF - Sol sem Fronteiras (ONGD)

SOPRO – Solidariedade e Promoção (ONGD)

UE – União Europeia

VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano (ONGD)

WACT – We Are Changing Together (ONGD)

A – NOTA INTRODUTÓRIA

"Portugal's approach to development education is likely to be of interest to other DAC members".
Relatório final do *peer review* do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE a Portugal, 2010

"I am also glad to see that many EU Member States, such as Portugal or most recently the Czech Republic, have already adopted a strategy on development education. These strategies are in most cases the fruit of intense multi-stakeholder processes at national level. They are a striking illustration of just how vibrant the European DEAR [Development Education and Awareness Raising] community is".
Comissário da Cooperação para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs, no Parlamento Europeu, a 30 de agosto de 2011

De acordo com a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED), o objetivo geral da mesma é *promover a cidadania global através de processos de aprendizagem e de sensibilização da sociedade portuguesa para as questões do desenvolvimento, num contexto de crescente interdependência, tendo como horizonte a ação social*. Esta definição contempla algumas das ideias essenciais que enformaram o caminho percorrido na elaboração do documento da Estratégia portuguesa:

- um processo de aprendizagem e de sensibilização
- as questões do desenvolvimento
- um contexto de crescente interdependência
- o horizonte da transformação social

Neste contexto e no âmbito de um intercâmbio entre Portugal e a Áustria, que decorreu entre 2006 e 2008, no quadro do GENE – Global Education Network Europe¹, foi promovido um seminário para atores portugueses envolvidos em atividades de ED, a 9 de maio de 2008, em Lisboa, que contou com intervenções de representantes dos governos da Áustria, Irlanda e Finlândia na área da ED. Estes trataram de apresentar o conteúdo e o processo de elaboração das respetivas estratégias nacionais de ED e Educação Global². No seminário, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação destacou a necessidade de elaboração de uma estratégia nacional de ED e convidou todos os atores relevantes a trabalharem com a Cooperação Portuguesa neste desígnio.

O processo de elaboração da ENED, iniciado em 2008, foi liderado pelo ex-Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), atual Camões – Instituto da

¹ O GENE é uma iniciativa com origem no Centro Norte-Sul do Conselho da Europa e consiste, presentemente, numa rede que inclui representantes de 21 Estados europeus, tendo por propósito a criação de sinergias e de intercâmbio de experiências em ED e Educação Global.

² *"Global Education is understood to encompass Development Education, Human Rights Education, Education for Sustainability, Education for Peace and Conflict Prevention and Intercultural Education; being the global dimension of Education for Citizenship."*

Cooperação e da Língua³, juntamente com outros atores governamentais e não governamentais referenciados como particularmente relevantes neste domínio. Tendo como objetivo o desenho e implementação de uma estratégia participada, assente na sua apropriação por diferentes atores nacionais, a elaboração da ENED foi apoiada por dois grupos de trabalho, com o apoio de uma equipa redatora.

O grupo de trabalho 1 teve como funções a mobilização dos atores relevantes em matéria de ED, o planeamento e desenvolvimento das reuniões com o grupo de trabalho 2, a discussão e integração dos contributos de outras entidades. Além disso, foi responsável pela definição de uma estrutura do documento, pela discussão e estabelecimento dos objetivos e medidas da Estratégia e pela discussão/revisão dos documentos elaborados pela equipa redatora. Foi constituído pelo IPAD, o Ministério da Educação através da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, a Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e a ONGD CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, enquanto membro do GENE.

O grupo de trabalho 2, composto por onze entidades, teve como funções a contribuição para a definição concetual e a participação na elaboração da Estratégia através de comentários e sugestões nas várias reuniões realizadas. A escolha das entidades, públicas e da sociedade civil, constituintes do grupo de trabalho deveu-se às suas áreas de atuação – ambiente, diálogo intercultural, género, educação, entre outros – e aos públicos com os quais trabalham.

Instituições Públicas	Organizações da Sociedade Civil
APA – Agência Portuguesa do Ambiente	APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural
ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural	CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Comissão Nacional Justiça e Paz
Comissão Nacional da UNESCO	Conselho Nacional da Juventude
Conselho Nacional de Educação	Fundação Calouste Gulbenkian
Instituto Português da Juventude	

³ No presente relatório refere-se sempre o IPAD uma vez que as atividades realizadas durante o período de tempo referido – 2010 e 2011 – decorreram sob a vigência da mesma instituição.

Dois dos momentos mais importantes neste percurso de construção coletiva, foram a Oficina de Definição Conceptual e o Exercício de Sistematização de Experiência.

O primeiro ocorreu em fevereiro de 2009 e possibilitou uma primeira reunião de representantes das já referidas entidades. O principal objetivo foi o de caracterizar as várias “educações para...”, cruzando os conhecimentos e experiências de cada participante. Isso permitiu chegar à explicitação do que é específico da ED, mas num quadro de relações entre a ED e as outras áreas educativas consideradas (educação para a paz, educação intercultural, educação para a igualdade de género, educação ambiental...).

Em março de 2009 reuniram-se, durante dois dias, 15 ONGD (de um total possível de 19 – universo das que tiveram projetos de ED apoiados pelo IPAD entre 2005 e 2008) para darem o seu contributo a partir da reflexão sobre as suas experiências concretas no âmbito destes projetos. Deste encontro resultou um conjunto de recomendações a ter em conta na elaboração da ENED relativas a: clarificação do conceito de ED, diálogo e corresponsabilização dos vários atores, financiamento, capacitação dos recursos humanos e reforço organizacional na área da ED.

A 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da ENED (2010-2015), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação.

O objetivo geral, atrás citado é, por sua vez, declinado em quatro objetivos específicos, que correspondem a quatro áreas: (i) capacitação e diálogo institucional; (ii) educação formal; (iii) educação não formal; (iv) sensibilização e influência política. Por seu lado, os objetivos específicos são traduzidos em 26 medidas.

Definida a Estratégia, iniciou-se o processo de elaboração do Plano de Ação, como estava já previsto. Este implicou a realização de duas reuniões conjuntas da Comissão de Acompanhamento (novas funções e por isso novo nome do Grupo de Trabalho 1) e do Grupo de Trabalho 2, entretanto alargado a mais uma entidade, a ARIPESE - a associação representativa das Escolas Superiores de Educação públicas.

A 22 de abril de 2010, o Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 das 16 instituições públicas (IP) e organizações da sociedade civil (OSC) envolvidas no processo de elaboração da Estratégia.

O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e os respetivos indicadores. O seu seguimento incumbe à Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras do Plano de Ação, a saber: IPAD, Direção-Geral de Inovação e

Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (DGIDC)⁴, Plataforma Portuguesa das ONGD e CIDAC.

Foram integrados no Plano de Ação dois novos tipos de atividades: de dinamização da ENED, como as Jornadas e o Fórum de ED, e relacionadas com a Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED.

Dando continuidade a este trabalho, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação que pressupõe a elaboração anual de relatórios de atividades.

Dada a necessidade de operacionalização do dispositivo de acompanhamento e avaliação, o IPAD celebrou um contrato-programa com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), dada a experiência demonstrada pelo Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação na área da Educação para o Desenvolvimento (ED), ao longo dos últimos doze anos.

O presente relatório, relativo aos anos de 2010 e de 2011, responde, portanto, a essa atribuição da Comissão de Acompanhamento, estipulada na própria ENED. A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESE-IPVC), de acordo com o contrato-programa anteriormente referido, é uma das intervenientes no processo de planeamento, acompanhamento e avaliação da ENED, apoiando a Comissão de Acompanhamento.

Com as informações, conclusões e recomendações plasmadas no relatório pretende-se fornecer dados e fundamentos de reflexão aos atores de ED e ao público em geral que tenham interesse na ENED, seja a nível local como internacional.

É de salientar o pioneirismo deste tipo de relatório na Europa, uma vez que é o primeiro realizado por um país sobre a execução da sua própria Estratégia Nacional, o que se revelou um desafio na elaboração do mesmo.

⁴ Atual Direção-Geral da Educação. No presente relatório refere-se sempre a DGIDC uma vez que as atividades realizadas durante o período de tempo referido – 2010 e 2011 – decorreram sob a vigência da mesma instituição.

B – OBJETIVOS

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, nos anos de 2010 e 2011.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal;
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção e, nomeadamente, as escolas e agrupamentos de escolas nas quais se realizaram ou que foram envolvidas em atividades de ED;
- identificar os principais financiadores das atividades da ENED;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

C – METODOLOGIA

O processo de elaboração deste relatório iniciou-se após a assinatura do projeto “Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)”, em setembro de 2011.

Nesse mês foi realizada uma reunião da Comissão de Acompanhamento onde foram apresentadas as necessidades de elaboração dos relatórios de atividades de 2010 e de 2011. Para isso, ficou estabelecido que se colocaria em prática o dispositivo de acompanhamento já elaborado e validado pelas instituições membros dos grupos de trabalho 1 e 2, para a recolha de dados.

Depois de uma atualização face ao ponto da situação e a alguma bibliografia disponível, iniciou-se a recolha de dados através do contacto via correio eletrónico e via telefone com as 14 instituições subscritoras do Plano de Ação.

Após os primeiros contactos, ficou claro que os instrumentos de recolha de dados teriam de ser simplificados para facilitar a recolha de informações relativas a 2010 e ao 1º semestre de 2011, uma vez que os instrumentos criados para o dispositivo de acompanhamento apresentavam dificuldades no preenchimento. Como algumas das instituições já tinham iniciado o preenchimento dos instrumentos em formatos diferentes, apresentou-se uma dificuldade na recolha e tratamento dos dados.

Salienta-se o facto de que cabe a cada instituição preencher os formulários relativos às atividades que promoveram, ou seja, a alocação das atividades às tipologias e às medidas é da responsabilidade das entidades.

Algumas instituições, por falta de familiarização com os documentos da ENED ou com o dispositivo de avaliação, enviaram uma lista das suas atividades, com os respetivos dados, não as alocando de todo ou alocando-as apenas ao objetivo ou medida, não especificando as tipologias para cada uma das atividades, o que dificultou o trabalho de inserção dos dados.

Nesta primeira fase de trabalho foram criados dois documentos para inserção de dados – um específico para o mapeamento de atividades baseado no nível das tipologias de atividades, e outro para a inserção de outros dados que nos pudessem servir de base para outro tipo de análise, com critérios específicos como a distribuição geográfica das atividades, a caracterização dos grupos-alvo, das entidades promotoras e das financiadoras das atividades, os materiais produzidos, as temáticas mais comuns, entre outros.

Mercê das mudanças políticas e institucionais entretanto havidas, materializadas na reestruturação das instituições públicas envolvidas e, em particular, na fusão entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento e o Instituto Camões, o processo de recolha de dados extravasou o prazo previsto.

Em janeiro de 2012 foram solicitados os dados relativos ao 2º semestre de 2011, que foram inseridos, como os primeiros, nos dois documentos já referidos anteriormente.

Receberam-se respostas das quatro instituições constituintes da Comissão de Acompanhamento da ENED⁵, das onze instituições participantes no processo de elaboração da ENED e do Plano de Ação⁶ e da ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação. Esta última informou que não enviaria documentação enquanto organização, mas que cada Escola Superior de Educação poderia ser contactada individualmente e que seria da responsabilidade de cada uma o envio dos seus dados.

Numa das reuniões de trabalho, já com alguns dados preliminares analisados, foi levantada a questão do alargamento do círculo de instituições participantes no levantamento de dados de atividades de ED. Esta questão surgiu na sequência de duas constatações:

- apesar da ARIPESE, pertencente ao grupo de trabalho 2, não promover diretamente atividades de ED, existem Escolas Superiores de Educação que têm trabalhado nesta área;
- as atividades listadas pela Plataforma das ONGD, membro da Comissão de Acompanhamento, referem-se apenas às iniciativas do seu Grupo de Trabalho de ED, o que não era de forma nenhuma ilustrativa do trabalho das ONGD, grandes promotoras das atividades de ED em Portugal. Sem as atividades destas organizações correr-se-ia o risco de ter um relatório de atividades distorcido da realidade do trabalho que está a ser desenvolvido no país na área da ED.

Mais instituições haveria a acrescentar ao relatório para se ter uma visão total, completa. Ficará para uma próxima fase, quando for possível, de facto, alargar a recolha de informação a outros atores.

5 O IPAD, o Ministério da Educação, através da Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a ONGD CIDAC (apesar de ser um dos elementos da Comissão de Acompanhamento e de ser uma instituição subscritora do Plano de Ação da ENED, o CIDAC aparece listado como ONGD e os seus dados são tratados nessa qualidade).

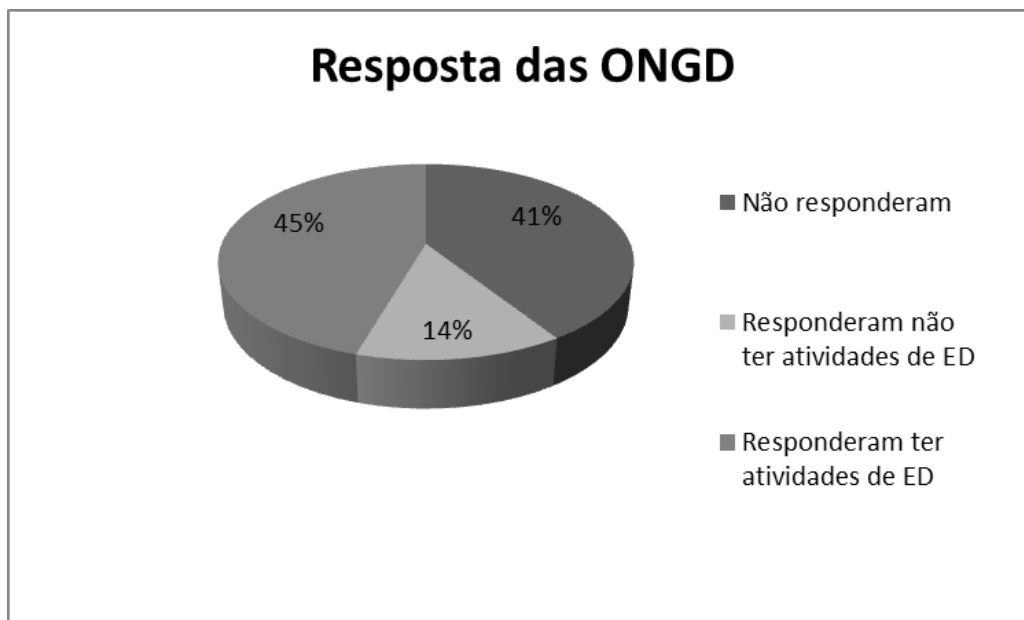
6 APA - Agência Portuguesa do Ambiente; ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural; a CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Comissão Nacional da UNESCO; Conselho Nacional de Educação; Instituto Português da Juventude; APEDI - Associação de Professores para a Educação Intercultural; CPADA - Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; Comissão Nacional Justiça e Paz; Conselho Nacional da Juventude e Fundação Calouste Gulbenkian.

Desta forma, achou-se por bem que se alargasse o círculo pensado inicialmente às Escolas Superiores de Educação e às ONGD membros da Plataforma nacional. Há a consciência de que existem outras ONGD em Portugal não inscritas na Plataforma (segundo indicações do IPAD, no momento de redação deste relatório existem 125 ONGD com o seu registo atualizado e reconhecidas legalmente, das quais 66 são associadas da Plataforma). No entanto, e para manter o critério de se iniciar a recolha pelos elementos do GT1 e do GT2, fez sentido apenas abranger o universo das ONGD que estão diretamente ligadas à Plataforma.

Ficou ainda definido que os dados do IPAD, enquanto promotor e financiador de projetos e atividade de ED, seriam apresentados numa secção específica para o mesmo.

Durante o mês de maio foram recolhidos os dados relativos às organizações registadas na Plataforma das ONGD, processo para o qual contamos com o apoio da Plataforma, que facilitou o acesso aos contactos.

Foram contactadas as 66 ONGD, tendo sido possível recolher respostas de 39 organizações (59%)⁷. Destas, 9 contactos (14%) foram no sentido de informar que a instituição não realiza atividades de ED e 30 foram respostas positivas que enviaram os seus dados para serem tratados.



⁷ Para mais informações consultar Anexo 2, pág.75.

Existem, no entanto, instituições que se sabe trabalharem em ED mas que não se encontram na amostra definida para o relatório de 2010 e 2011.

Relativamente às ESE, estranhou-se a fraca adesão de respostas. De facto, após um momento formativo sobre a ENED, promovido pelo IPAD em 2009, da divulgação da ENED no encontro nacional da ARIPESE, em outubro de 2011, e do contacto com cada ESE através de correio eletrónico, apenas se conseguiu recolher dados relativos a três ESE, nomeadamente a de Viana do Castelo, a do Porto e a de Santarém.

No processo de recolha dos dados, quer na primeira fase, entre os elementos da Comissão de Acompanhamento e do grupo de trabalho 2, quer na segunda fase, entre as organizações não governamentais, foram sentidos diversos constrangimentos e desafios:

- a distância temporal face aos acontecimentos de 2010, o que tornou a recolha mais morosa para as instituições e por vezes incompleta;
- a não uniformização dos instrumentos de recolha de dados ao longo do processo (situação já referida e já explicada anteriormente);
- o contacto difícil com as instituições, uma vez que em diversos casos o acesso era apenas o email geral da instituição e nem sempre foi fácil que o pedido chegasse à pessoa responsável. Também foi sentido que o processo de reestruturação vivido por algumas instituições dificultou os contactos pois, por diversas vezes, percebeu-se que a pessoa responsável pela subscrição do Plano de Ação da ENED já não é, na atualidade, a pessoa responsável pela ED, por exemplo;
- a resposta das instituições, por diversas vezes fora dos prazos pedidos e a necessitar de diversas abordagens por diferentes meios (correio eletrónico e telefone) e em diferentes ocasiões;
- a pouca familiarização com a estrutura da ENED, demonstrada por algumas instituições no preenchimento dos instrumentos de recolha de dados (por exemplo, não conseguindo alocar as atividades realizadas às tipologias corretas);
- a difícil objetividade da alocação das atividades às medidas e tipologias decorrentes da complexidade da ENED e da forma da sua redação, por vezes de difícil compreensão. Na fase de recolha de dados, a alocação das atividades às tipologias, medidas e objetivos ficou a cargo das próprias instituições, sendo, portanto, esta alocação, da responsabilidade das mesmas. É de ressaltar, no entanto, que, quando pareceu que algo levantava muitas dúvidas, procedeu-se a uma verificação da opção tomada e chegou-se, por vezes, a assumir uma categorização diferente;

- a não uniformização no fornecimento dos dados. Algumas organizações, sobretudo ONGD, funcionam por grandes projetos constituídos por múltiplas atividades; outras instituições, as ESE, por exemplo, não tendo grandes projetos, dedicam-se a pequenas atividades. Isto levantou um problema na recolha e no tratamento dos dados – qual o nível a utilizar, a atividade ou o projeto? Geralmente optou-se por contar o projeto, desdobrando-o apenas nas diversas tipologias que as suas atividades pudessem cobrir. Isto é uma limitação pois acaba por fornecer dados díspares. Houve o cuidado de tentar uniformizar ao máximo o tratamento de forma a diminuir este problema, mas é sabido que não foi eliminado na sua totalidade;

- a possibilidade de duplicação de dados uma vez que não foi explícito, à partida, o que fazer com atividades elaboradas em conjunto, como por exemplo a Campanha Global pela Educação, que foi referida como atividade quer pela entidade coordenadora da mesma quer pelas organizações participantes. Neste caso, a equipa de redação do relatório teve o cuidado de analisar os dados individualmente e de apenas contar como entrada as atividades referenciadas pela entidade promotora/coordenadora do projeto;

- o conceito de ED, de grande complexidade e abrangência que, deixando margem para interpretações diversas, permite que se coloquem sob o chapéu de ED atividades que podem não ser consensuais quanto à sua classificação. Por diversas vezes foram recebidos dados que, segundo o mapa concetual elaborado, não se inserem dentro da ED mas sim da Cooperação para o Desenvolvimento.

Face aos dados recolhidos e às limitações acima apresentadas, foram revistos os objetivos do relatório, de modo a adaptar o dispositivo de acompanhamento à realidade dos dados recolhidos.

Dessa forma, decidiu-se avançar colocando o enfoque na análise do cumprimento ao nível das tipologias de atividades.

O tratamento dos dados foi feito em dois momentos distintos:

- numa primeira fase fez-se a análise das atividades realizadas e da sua alocação às tipologias, medidas e objetivos, de forma a poder ter uma visão global sobre quais estavam a ser atingidas e quais não estavam. Desta análise podem retirar-se várias conclusões – quais os objetivos que estão a ser mais trabalhados e porquê? Quais as medidas mais cobertas e quais necessitam de uma maior atenção? Quais serão as razões para esta distribuição?

- numa segunda fase, analisaram-se os dados segundo critérios pré-definidos nos Termos de Referência deste relatório, procurando responder às seguintes questões: qual a distribuição geográfica das atividades?; qual a geografia das escolas e das

autarquias envolvidas nos projetos?; quais os grupos-alvo a quem as atividades se dirigem?; quais são as entidades que asseguram um maior financiamento das atividades?; existe uma prática de parcerias em Portugal ou os projetos são realizados de forma individual pelas instituições?; quais as temáticas que mais se salientam nos projetos e atividades de ED?.

Para além da sistematização dos dados, o que, segundo o nosso ponto de vista, já é uma grande mais-valia, pensou-se ser necessária uma leitura e interpretação dos dados, tentando levantar algumas hipóteses que permitam explicar o porquê dos mesmos.

O relatório passou por diversas fases de elaboração, como já foi referido, que implicaram vários momentos de validação. A primeira foi pela Comissão de Acompanhamento. Posteriormente, uma primeira versão do relatório foi levada ao Grupo de ED da Plataforma Portuguesa das ONGD num encontro de reflexão sobre os objetivos e a análise dos dados recolhidos. Foi ainda apresentado aos elementos do grupo de trabalho 2, que tiveram a oportunidade de validar os objetivos, metodologia e dados preliminares do mesmo.

Durante o processo de elaboração do relatório foi sentida a necessidade de se estabelecerem os Termos de Referência que enquadram o que é esperado dos relatórios anuais de atividades da ENED. Estes encontram-se apresentados em Anexo⁸, constituindo as linhas mestras deste e dos próximos relatórios, sempre passíveis de melhoramento.

Ficou ainda claro que o próprio processo de elaboração dos relatórios anuais - desde o contacto com as instituições, à recolha de dados, ao seu tratamento e interpretação e à redação final - permitirá um processo de aprendizagem a ser tido em conta nos anos seguintes.

⁸ Anexo 1, pág. 71.

D – COBERTURA DAS MEDIDAS

Em seguida, apresentam-se cada objetivo, respetivas medidas e tipologias de atividade, seguidos pelo mapeamento dos dados recolhidos, ao nível da tipologia de atividade.

OBJETIVO 1

Promover a capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil relevantes enquanto atores de ED e criar dinâmicas e mecanismos de diálogo e de cooperação institucional.

As medidas que darão corpo a este objetivo referem-se:

- à promoção de entidades capacitadas em ED de qualidade
- ao aprofundamento conceptual, temático e metodológico da ED
- ao acesso à informação sobre a ED, as suas temáticas e as suas metodologias
- à criação de conhecimento especializado na área da ED
- à realização de atividades de reflexão e partilha de experiências e recursos no domínio da ED entre diversas entidades
- à utilização de mecanismos de participação na área da elaboração e concretização de políticas na área da ED
- ao reforço de relações e intercâmbio entre várias entidades relevantes em termos de ED, a nível nacional e com participação internacional.

Medida 1.1. Aumento e diversificação do perfil dos agentes capacitados para promover ações de ED de qualidade.

Esta medida pretende agrupar as atividades que se dirijam a entidades públicas e da sociedade civil de modo a que mais entidades, e mais diversas do ponto de vista da sua natureza, possam promover ações (iniciativas, projetos, programas) de ED com qualidade.

As 3 tipologias associadas mencionam a criação de um sistema de validação de ações de capacitação em ED destas entidades, a sua realização efetiva e a referência explícita à ED nos documentos estratégicos das mesmas entidades (públicas e da sociedade civil).

1.1.1 Criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED

1.1.2 Promoção de ações de capacitação sobre ED, formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

1.1.3 Incentivo à introdução da ED na missão e nas perspetivas estratégicas das entidades públicas e da sociedade civil

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.1.1	0	0	Urbáfrica	0	0	0
1.1.2	APA PPONGD	0	FEC E&O Urbáfrica	0	0	AidGlobal FEC ISU E&O
1.1.3	PPONGD	GEED/ ESE-IPVC	ADPM FEC IMVF ISU Urbáfrica	PPONGD	GEED/ ESE-IPVC	ADPM IMVF ISU

Medida 1.2. Criação de espaços e de condições para o aprofundamento concetual, temático e metodológico da ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que, destinadas a entidades públicas e da sociedade civil, promovam o aprofundamento do que é a ED, dos seus temas e de como se pode pôr em prática.

As 2 tipologias associadas preveem a organização de iniciativas com este objetivo, utilizando vários formatos, e a elaboração de artigos e ensaios sobre a matéria.

1.2.1 Organização de seminários, conferências, debates sobre conceitos, temáticas e metodologias associadas à ED

1.2.2 Produção e apoio à produção de artigos e ensaios de reflexão sobre conceitos e metodologias associadas à ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.2.1	CNJP	GEED/ ESE-IPVC	ADDHU APF FEC IMVF ISU Men.M OIKOS SOLSEF Urbáfrica	CNE CNJP PPONGD	GEED/ ESE-IPVC	ADDHU APF E&O IMVF ISU Men.M OIKOS SOLSEF
1.2.2	0	0	E&O Urbáfrica	0	0	E&O ISU Urbáfrica

Medida 1.3. Disponibilização de informação relevante, bem como de dispositivos pedagógicos e de instrumentos de apoio à ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que facilitem o acesso à informação sobre ED, as suas temáticas e as suas metodologias.

As 2 tipologias associadas referem-se ao reforço, na área da ED, de centros de recursos educativos já existentes e à criação de outros dispositivos, nomeadamente digitais (como, por exemplo, sítios especializados, plataformas informáticas, bases de dados), que disponibilizem informação relevante sobre a ED em Portugal.

1.3.1 Reforço dos centros de recursos educativos existentes na área da ED

1.3.2 Incentivo à criação de dispositivos de informação sobre a intervenção em ED em Portugal

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.3.1	APA	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	CIDAC OIKOS Urbáfrica	APA CNU	GEED/ ESE-IPVC	CIDAC FEC OIKOS Urbáfrica
1.3.2	PPONGD	0	IMVF ISU Urbáfrica	PPONGD	0	IMVF ISU Urbáfrica

Medida 1.4. Criação de oportunidades e condições para a investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que promovam a produção de conhecimento especializado sobre a área de ED.

A tipologia associada diz respeito a iniciativas conjuntas entre entidades com vocações e experiências complementares com vista à produção do conhecimento mencionado.

1.4.1 Promoção de trabalhos de produção de conhecimento sobre a ED, envolvendo iniciativas conjuntas de instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.4.1	APA	0	E&O ISU Urbáfrica	CIG	0	E&O ISU Urbáfrica

Medida 1.5. Estruturação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações.

Esta medida pretende agrupar as atividades que proporcionem o aprofundamento da reflexão conjunta e da partilha de experiências e de recursos entre diferentes entidades.

A tipologia associada refere-se, por um lado, a encontros entre entidades do mesmo tipo (instituições públicas, ou organizações da sociedade civil) e, por outro, a encontros entre entidades de natureza diferente.

1.5.1 Organização de encontros entre organizações pares e encontros temáticos entre instituições públicas e organizações da sociedade civil

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.5.1	CNU	0	IMVF Urbáfrica	APA CNU	GEED/ ESE-IPVC	FEC FGS IMVF

Medida 1.6. Implementação de mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que promovam a elaboração e a respetiva aplicação de mecanismos de participação na área da definição de políticas relativas à ED.

A tipologia associada prevê o reconhecimento de mecanismos já existentes e a criação de novos mecanismos através dos quais organizações da sociedade civil podem participar na definição e concretização de políticas na área da ED.

1.6.1 Identificação e criação de mecanismos de participação de representantes reconhecidos da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.6.1	PPONGD	0	APF Urbáfrica	PPONGD	GEED/ ESE-IPVC	APF E&O Urbáfrica

Medida 1.7. Alargamento do intercâmbio e reforço das relações entre organizações a nível nacional e internacional.

Esta medida pretende agrupar as atividades que promovam o relacionamento institucional e o intercâmbio na área da ED, a nível nacional e internacional, entre diferentes entidades.

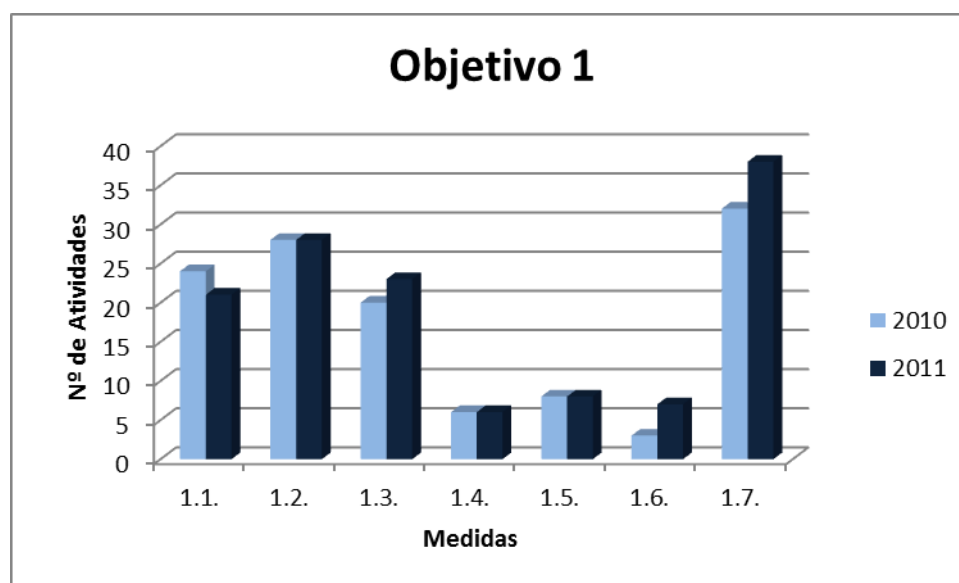
As 2 tipologias associadas referem-se, por um lado, à organização de eventos com o objetivo de facilitar a troca de experiências e, por outro, à participação de atores internacionais relevantes em iniciativas com o mesmo objetivo.

1.7.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo à troca de experiências entre organizações

1.7.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus e de países da CPLP em iniciativas de troca de experiências sobre ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
1.7.1	ACIDI APA CPADA	GEED/ ESE-IPVC	APF FEC IMVF ISU Urbáfrica	APA ACIDI CNU CPADA	GEED/ ESE-IPVC	APF E&O FEC FGS IMVF ISU
1.7.2	APA	0	IMVF OIKOS Urbáfrica	APA	0	FEC IMVF OIKOS Urbáfrica

Pelo tratamento dos dados apresentados acima, pudemos encontrar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 1:



Da análise do gráfico anterior, pode-se verificar que no objetivo em análise, as medidas que estão menos cobertas e, portanto, a necessitar de maior atenção, são as 1.4, 1.5 e 1.6, que se referem, respetivamente, à investigação e produção de conhecimento relevante para a capacitação dos atores de ED, à criação de oportunidades regulares de aprofundamento da reflexão e partilha de experiências, informação, metodologias e recursos pedagógicos entre organizações e a mecanismos de consulta e participação no desenho e avaliação dos instrumentos de política na área da ED.

As medidas mais cobertas deste primeiro objetivo estão ligadas à formação de agentes de ED, à disponibilização de informação sobre a ED, e à organização e dinamização de momentos de troca de experiências sobre ED, quer a nível nacional como a nível internacional.

Em todas as medidas, à exceção da 1.1, é visível, entre 2010 e 2011, a manutenção do número de atividades ou até um aumento.

OBJETIVO 2

Promover a consolidação da ED no sector da educação formal em todos os níveis de educação, ensino e formação, contemplando a participação das comunidades educativas.

As medidas que darão corpo a este objetivo referem-se:

- à integração da ED na formação inicial de docentes
- à elaboração de materiais de ED para utilização nas escolas
- à promoção de trabalho colaborativo, na área da ED, entre estabelecimentos escolares e outras entidades que intervêm em ED
- à integração da ED na formação e sensibilização contínuas de docentes, outros agentes educativos e comunidades educativas
- à promoção de trabalhos de investigação académica sobre ED
- à criação de condições para que os estabelecimentos escolares sejam, eles próprios, exemplos de cidadania numa perspetiva global

Medida 2.1 Integração da ED na formação inicial que profissionaliza para a função docente.

Esta medida pretende agrupar as atividades que insiram efetivamente a ED na formação inicial de profissionais de educação.

As 2 tipologias associadas complementam-se, identificando módulos que existem e podem ser mais e melhor utilizados e módulos a criar, experimentar e avaliar.

2.1.1 Identificação de módulos existentes sobre ED na formação inicial de educadores e professores

2.1.2 Conceção, realização e avaliação de módulos sobre ED na formação inicial de educadores e professores

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.1.1	0	0	Urbáfrica	0	GEDC/ ESE-IPP	Urbáfrica
2.1.2	0	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	ADPM Urbáfrica	1 - CIG	GEED/ ESE-IPVC	ADPM Urbáfrica

Medida 2.2. Elaboração de materiais de orientação pedagógica para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos e desenvolvimento de materiais didáticos que apoiem a realização de projetos e intervenções educativas de ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades relacionadas com a elaboração, utilização e divulgação de materiais de ED pertinentes para as escolas.

As 2 tipologias associadas referem-se, por um lado, à elaboração de materiais de informação e de apoio a docentes e, por outro, à elaboração e divulgação de materiais (e/ou projetos nos quais estejam inseridos) a utilizar diretamente por estudantes.

2.2.1 Elaboração de materiais de orientação pedagógica sobre ED dedicados aos educadores e professores dos vários níveis e ciclos de ensino e educação

2.2.2 Elaboração, divulgação e disponibilização de materiais didáticos e projetos elaborados por entidades diversas

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.2.1	CIG DGIDC	GEDC/ ESE-IPP	CIDAC IEEI IMVF ISU Urbáfrica	CIG DGIDC	0	CIDAC CPR IEEI IMVF ISU Médicos.M Urbáfrica VIDA
2.2.2	CIG DGIDC	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	CIDAC FGS IMVF ISU Urbáfrica VIDA	CIG DGIDC	GEED/ ESE- IPVC	CIDAC FEC FGS IMVF Médicos.M Urbáfrica VIDA

Medida 2.3. Promoção de trabalho colaborativo entre os estabelecimentos de educação e ensino e formação e entidades públicas e privadas que intervêm em ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que promovam a interligação e colaboração entre entidades da Educação Formal e outras entidades, sejam públicas ou privadas, que têm experiência no campo da ED.

As 3 tipologias associadas destinam-se a promover projetos colaborativos entre estes tipos de entidades diferentes, a registar, a nível regional, todo o género de colaborações realizadas na prática e a promover encontros, também a nível regional, entre as várias entidades envolvidas ou com vontade de se envolverem.

2.3.1 Promoção de projetos colaborativos de ED no sector da Educação Formal

2.3.2 Promoção a nível regional do registo de ações e projetos envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED públicos ou privados

2.3.3 Promoção ao nível regional do registo de encontros envolvendo estabelecimento de ensino e educação e atores de ED público ou privados

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
2.3.1	APA CNJP	GEDC/ ESE-IPP	CIDAC FGS HELPO IEEI IMVF ISU Men.M SOPRO Urbáfrica	APA CNJP	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	AidGlobal CIDAC FGS IEEI IMVF Men.M SOPRO Urbáfrica
2.3.2	0	0	Urbáfrica	0	0	Urbáfrica
2.3.3	0	0	Aidglobal FGS IEEI ISU Urbáfrica	0	0	FGS IEEI ISU

Medida 2.4. Desenvolvimento da formação contínua para profissionais de educação e formação e outros agentes educativos, e sensibilização dos e das responsáveis pela gestão dos agrupamentos de escolas e junto das comunidades educativas.

Esta medida pretende agrupar as atividades relacionadas com a formação e a sensibilização contínuas de todos os agentes implicados no funcionamento das escolas – das e dos docentes às comunidades educativas. A tipologia associada centra os esforços na formação contínua de profissionais de educação.

2.4.1 Conceção, realização e avaliação de módulos de formação contínua de educadores e professores

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.4.1	APEDI	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	CIDAC IEEI IMVF Men.M Urbáfrica	APEDI CIG	GEED/ ESE- IPVC	CIDAC IEEI IMVF Men.M

Medida 2.5. Promoção de trabalho de investigação sobre ED nas instituições de ensino superior em relação com pares internacionais do Norte e do Sul.

Esta medida pretende agrupar as atividades que incentivem o desenvolvimento de trabalhos de investigação sobre ED, a nível académico, num quadro de colaboração internacional.

A tipologia associada reafirma esta prioridade.

2.5.1 Promoção de trabalhos de investigação sobre ED, de preferência com participação internacional

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.5.1	0	0	E&O Urbáfrica WACT	0	0	E&O Urbáfrica WACT

Medida 2.6. Criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento.

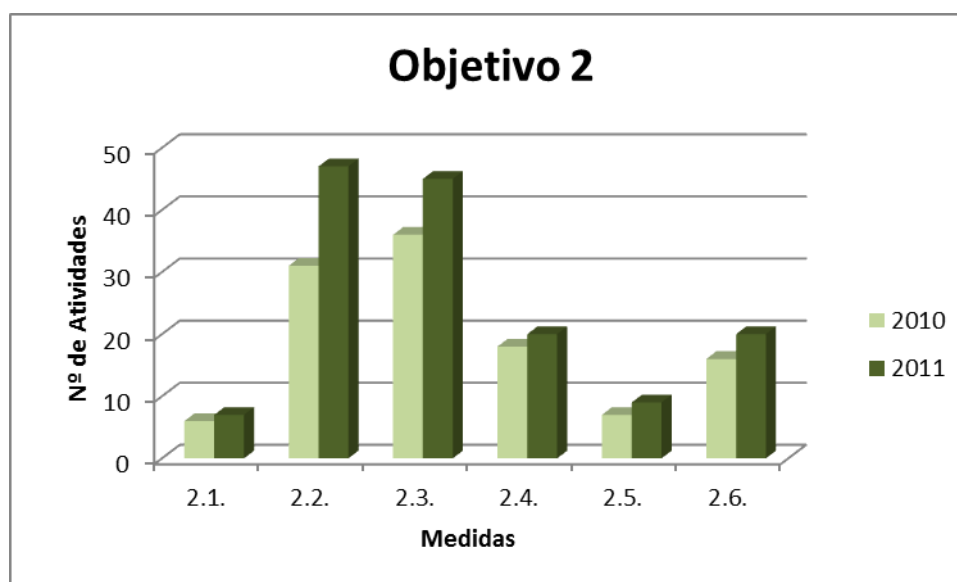
Esta medida pretende agrupar as atividades que contribuam para que os estabelecimentos escolares sejam eles próprios exemplos de cidadania (nos seus modos de funcionamento, gestão, relacionamentos, respeito pelas questões sociais e ambientais...), numa perspetiva de pertença mundial solidária.

A tipologia associada coloca o acento na promoção da capacidade de reflexão sobre esta dimensão global da Educação para a Cidadania nos projetos educativos existentes ou a elaborar.

2.6.1 Promoção de reflexão sobre a dimensão da Educação para a Cidadania Global dos projetos educativos das escolas e agrupamentos escolares

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESSE	ONGD
2.6.1	APA CNU	0	ABRAÇO CIDAC FGS IEEI IMVF Urbáfrica	APA CNU	GEDC/ ESE- IPP GEED/ ESE- IPVC	ABRAÇO AidGlobal CIDAC FGS IEEI IMVF Urbáfrica

A análise dos dados apresentados acima, permite apresentar os seguintes resultados face às medidas do objetivo 2, dedicado à educação formal:



Neste objetivo verifica-se uma clara predominância das medidas 2.2 e 2.3, relativas à elaboração e divulgação de materiais pedagógicos e à promoção do trabalho colaborativo entre estabelecimentos de educação e outras entidades públicas e da sociedade civil.

Claramente pouco trabalhada, está a medida 2.1, que se refere à integração da ED na formação inicial de docentes. É necessário ter em atenção que esta formação inicial se encontra sobretudo à responsabilidade das Escolas Superiores de Educação e, recordando o que já foi referido anteriormente, estas são uma entidade bastante ausente deste relatório uma vez que só foi possível recolher dados de três instituições, portanto fica a questão – existem atividades e não foram comunicadas ou não existem mesmo atividades nesta medida?

A medida 2.5 também se destaca pelo número reduzido de iniciativas e volta-se ao domínio da falta de trabalhos de investigação em ED nas instituições de ensino superior.

As medidas 2.4 e 2.6 apresentam números bastante uniformes, apesar de não muito representadas, e referem-se a atividades como a formação contínua para profissionais de educação e a criação de condições para a afirmação das escolas e agrupamentos como organizações de educação para a cidadania que inclua a dimensão do desenvolvimento. Apesar de já terem alguma expressividade, estas medidas necessitam de um claro reforço.

De salientar ainda que também se verifica, em quase todas as medidas, um ligeiro aumento no número de atividades elencadas de 2010 para 2011.

OBJETIVO 3

Promover o reforço da ED na educação não formal, contemplando a participação de grupos diversos da sociedade portuguesa

As medidas que dão corpo a este objetivo referem-se:

- ao reconhecimento das organizações da sociedade civil como dinamizadores de atividades de ED no campo da educação não formal
- ao incremento de ações de ED, e da sua qualidade, no âmbito da educação não formal
- à formação de agentes dinamizadores de ações de ED no campo da educação não formal
- à elaboração e divulgação de materiais de ED para utilização em ações de educação não formal
- à troca de experiências a nível nacional e internacional

Medida 3.1. Promoção do reconhecimento das OSC enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal de ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades que reconheçam a vocação e a experiência das organizações da sociedade civil na realização de atividades de educação não formal na área da ED.

A tipologia associada centra-se na promoção de atividades conjuntas, neste campo, de organizações da sociedade civil e de entidades públicas, enquanto forma de reconhecimento, pelas segundas, das capacidades das primeiras.

3.1.1 Realização e apoio à divulgação de atividades entre organização da sociedade civil e entidades públicas

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.1.1	APA	GEED/ ESE-IPVC	FEC FGS Urbáfrica	APA	0	FEC FGS Urbáfrica

Medida 3.2 Criação de condições para o incremento das ações de ED em contexto não formal e da sua qualidade.

Esta medida pretende agrupar as atividades que promovam o desenvolvimento de ações de ED no quadro da educação não-formal, tanto em termos qualitativos, como quantitativos.

As 2 tipologias associadas visam potenciar a qualidade através da elaboração e realização de iniciativas colaborativas entre diferentes atores e potenciar o aumento do número de ações através do envolvimento de um ator e de um público considerado prioritário, jovens e organizações de juventude.

3.2.1 Criação de iniciativas de promoção da colaboração entre organizações diversas de forma a potenciar a qualidade das ações de ED

3.2.2 Criação de iniciativas que incentivem a promoção de projetos de ED por parte de organizações de juventude

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.2.1	APA	0	Atlas CIDAC E&O FGS OIKOS Urbáfrica	APA	0	Atlas CIDAC E&O FGS ISU OIKOS Urbáfrica
3.2.2	APA	0	FGS TESE Urbáfrica	APA	0	FGS ISU RostoSol TESE Urbáfrica

Medida 3.3 Promoção da formação de agentes que desenvolvem atividades de ED e reconhecimento das competências adquiridas através da sua prática formativa.

Esta medida pretende agrupar as atividades que reforcem a formação de formadores e formadoras na área da ED no quadro da educação não formal.

As 3 tipologias associadas identificam 2 tipos de ações de capacitação de agentes formativos – assentes, respetivamente, em metodologias e conteúdos – e a necessidade do desenvolvimento de processos que levem à formulação de um modelo de competências para a formação neste campo.

3.3.1 Organização de ações de capacitação dedicadas a formadores de ED sobre formas de intervenção e questões metodológicas implicadas na conceção, no acompanhamento e na avaliação de ações, projetos e programas de ED

3.3.2 Organização de ações de capacitação sobre o conceito de ED e as diferentes formas de intervenção, em particular a sensibilização e a influência política, dedicadas a jovens, com enfoque nos estudantes de comunicação social

3.3.3 Desenvolvimento de processos que tenham em vista a criação de um modelo de competências formativas na área da ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.3.1	CIG CNJ	0	Urbáfrica WACT	CIG CNJ	0	CPR ISU WACT
3.3.2	0	0	Urbáfrica	0	0	Atlas
3.3.3	0	0	IMVF Urbáfrica	0	0	IMVF Urbáfrica

Medida 3.4 Promoção da elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de qualidade.

Esta medida pretende agrupar as atividades relacionadas com a elaboração e divulgação de materiais e recursos educativos de ED a utilizar no quadro da educação não formal.

A tipologia associada centra-se na promoção do potencial dos materiais já existentes.

3.4.1 Identificação, divulgação, disponibilização e avaliação de materiais e recursos educativos existentes

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.4.1	0	0	ADPM ADRA FGS IEEI IMVF ISU Men.M OIKOS Urbáfrica VIDA	CIG CNU	0	ADPM FGS IEEI IMVF ISU Men.M OIKOS RostoSol Urbáfrica VIDA

Medida 3.5 Promoção da articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal entre si e destes com a educação formal.

Esta medida pretende agrupar as atividades dedicadas à troca de experiências da intervenção em ED, quer no âmbito da educação não formal, como da educação formal.

As 3 tipologias associadas privilegiam a troca de experiências entre atores nacionais da educação não formal e da educação formal e entre atores portugueses e europeus, dos países do espaço de língua portuguesa e da América Latina, assim como a participação em redes internacionais.

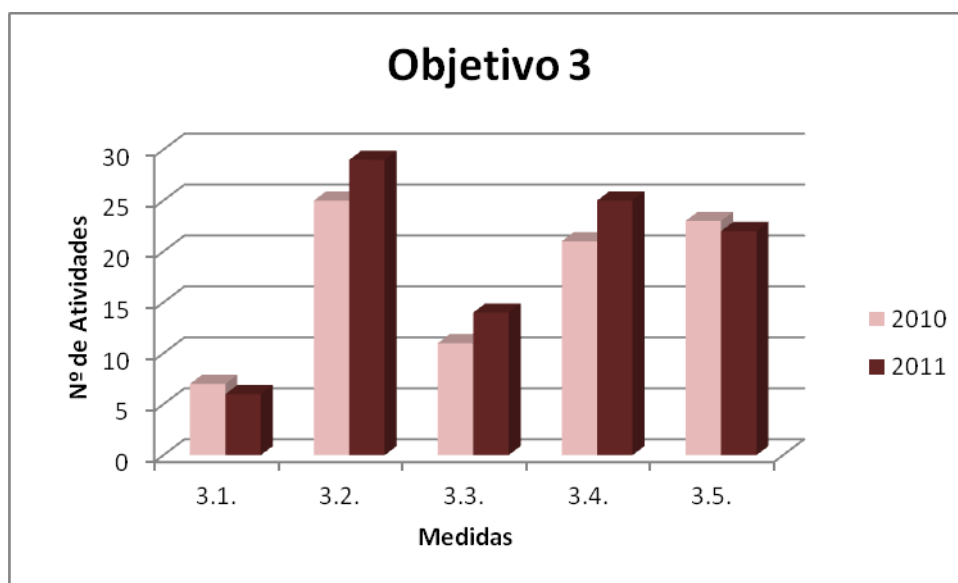
3.5.1 Organização de seminários, conferências, debates tendo por vocação o incentivo interconhecimento e a troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.2 Apoio e incentivo à participação de atores europeus, de países do espaço de língua portuguesa e da América Latina em iniciativas de troca de experiências entre atores da educação formal e não formal

3.5.3 Apoio à participação e delegações portuguesas compostas por atores da educação formal e não formal em eventos e redes internacionais de ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
3.5.1	0	GEED/ ESE-IPVC	E&O IEEI ISU Urbáfrica	0	GEED/ ESE-IPVC	CEAUP E&O IEEI
3.5.2	APA CNJ	0	Men.M Urbáfrica	CNJ	0	Urbáfrica
3.5.3	CNU PPONGD	0	Abraço FGS Urbáfrica	CNU PPONGD	GEED/ ESE-IPVC	Abraço FGS

Os dados apresentados permitem obter a seguinte análise das medidas do objetivo 3, cuja tónica recai sobre a educação não formal:



Da observação dos dados salienta-se a pouca expressividade da medida 3.1, referente à promoção do reconhecimento das organizações da sociedade civil enquanto importantes dinamizadoras de atividades de educação não formal.

A medida 3.3, relativa à formação de agentes de ED, também se destaca pelo número ainda limitado de iniciativas.

As restantes medidas apresentam um nível de cobertura mais elevado, cobrindo atividades que vão desde o incremento de atividade de ED em contexto não formal, à promoção de materiais e recursos e à troca de experiências entre educação formal e não formal, a nível nacional e internacional.

De 2010 para 2011, a tendência de crescimento mantém-se, apesar das medidas 3.1 e 3.5 apresentarem um ligeiro decréscimo.

OBJETIVO 4

Promover atividades de sensibilização e de influência política implicando a concertação entre atores.

As medidas que dão corpo a este objetivo referem-se:

- à promoção de ações de sensibilização, tendo em conta as prioridades de reforço:

- das aprendizagens neste campo,
 - das capacidades de concertação entre atores,
 - das articulações com jornalistas e os media,
 - das articulações internacionais.
- à promoção de ações de influência política, tendo em conta as prioridades de reforço:
- das aprendizagens neste campo,
 - das capacidades de concertação entre atores,
 - das articulações com jornalistas e os media,
 - das articulações internacionais.

Medida 4.1 Promoção de ações de sensibilização que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da sensibilização, que permitam refletir, aprender e melhorar este tipo de atividades.

As 3 tipologias associadas refletem uma progressiva capacidade de aprendizagem: da realização simples das ações, ao desenvolvimento de metodologias e instrumentos para reflexão e partilha das experiências, e à utilização dessas metodologias e instrumentos em novas ações.

4.1.1. Campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED

4.1.2 Desenvolvimento de metodologias e elaboração de instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens a partir de campanhas

4.1.3 Organização de campanhas que utilizam as metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.1.1	APA CIG CNU	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	FEC FGS IMVF OMAS-LBN PAR Urbáfrica	APA CIG CNU CPADA	GEDC/ ESE- IPP GEED/ ESE- IPVC	CIDAC CPR E&O FEC FGS IMVF OMAS-LBN PAR Urbáfrica
4.1.2	0	0	Men.M PAR Urbáfrica	0	0	CIDAC PAR Urbáfrica
4.1.3	0	0	Urbáfrica	0	0	CPR Men.M Urbáfrica

Medida 4.2. Promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da sensibilização, que promovam as capacidades de trabalho colaborativo entre diferentes atores.

A tipologia associada foca a realização de ações em parceria, com registo da experiência, para que esta se torne uma referência (ponto de partida) e seja partilhável.

4.2.1 Ações de sensibilização de ED desenvolvidas em parceria com experiências registadas

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.2.1	0	0	FGS IMVF Urbáfrica	CIG	0	FGS IMVF Urbáfrica

Medida 4.3 Promoção de ações de sensibilização que consolidem a articulação com jornalistas e com os *media*, sejam estes de grande circulação, de alcance local, especializados ou de comunicação digital (blogues, wikis e redes sociais).

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da sensibilização, que promovam colaborações mais estruturadas com jornalistas e com todos os tipos de *media*.

As 2 tipologias associadas propõem o reforço das articulações, por um lado, com profissionais da comunicação social e, por outro, com os *media*.

4.3.1 Ações de sensibilização de ED com a participação ativa de profissionais da comunicação social

4.3.2 Ações de sensibilização de ED que utilizam privilegiadamente os *media*

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.3.1	PPONGD	GEDC/ ESE-IPP	FEC FGS Men.M TESE Urbáfrica	0	0	CPR FEC FGS Men.M TESE Urbáfrica
4.3.2	APA	0	IMVF OIKOS PAR Urbáfrica	APA IPJ	0	CPR IMVF OIKOS PAR Urbáfrica

Medida 4.4 Promoção da participação em ações de sensibilização de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da sensibilização, que tenham dimensão internacional.

A tipologia associada contempla a participação portuguesa em campanhas internacionais.

4.4.1 Participação portuguesa em campanhas internacionais de sensibilização de ED

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.4.1	0	0	APF FEC FGS IMVF OIKOS Urbáfrica	0	GEDC/ ESE-IPP GEED/ ESE-IPVC	AidGlobal APF FEC FGS IMVF OIKOS Urbáfrica

Medida 4.5 Promoção de ações de influência política que integrem dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências, no quadro da ED.

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da influência política, que permitam refletir, aprender e melhorar este tipo de atividades.

As 2 tipologias associadas refletem uma progressiva capacidade de aprendizagem: da realização simples das ações, ao registo crítico das metodologias utilizadas e dos produtos elaborados, de forma a facilitar a partilha das experiências.

4.5.1 Ações de influência política no quadro da ED

4.5.2 Ações de influência política no quadro da ED com registo de metodologias e produtos elaborados

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.5.1	0	GEDC/ ESE-IPP	CIDAC FEC FGS IEEI IMVF Men.M PAR	CIG	0	CIDAC CPR FEC FGS IEEI IMVF Men.M PAR
4.5.2	0	0	APF IMVF	CNE	0	APF IMVF

Medida 4.6 Promoção de ações de influência política que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores.

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da influência política, que promovam as capacidades de trabalho colaborativo entre diferentes atores.

A tipologia associada assenta na concretização de ações em parceria, em todas as suas etapas: conceção, execução e avaliação e no respetivo registo crítico.

4.6.1 Ações de influência política no quadro da ED concebidas, executadas e avaliadas em parceria por conjuntos de atores diversos com a experiência registada

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.6.1	0	0	ACEP APF FGS IMVF PAR Urbáfrica	0	GEDC/ ESE- IPP	ACEP APF FGS IMVF PAR Urbáfrica

Medida 4.7 promoção de ações de influência política que consolidem a articulação com vários tipos de *media* e jornalistas.

Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da influência política, que promovam colaborações mais estruturadas com jornalistas e com todos os tipos de *media*.

A tipologia associada refere-se a ações realizadas em colaboração com profissionais da comunicação social e com os *media*.

4.7.1 Ações de influência política no quadro da ED que utilizam a colaboração com os profissionais da comunicação social e com os *media*

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.7.1	0	0	ACEP APF Urbáfrica	0	0	ACEP APF CPR Urbáfrica

Medida 4.8 Promoção de participação em ações de influência política de âmbito internacional que permitam ampliar os respetivos impactos.

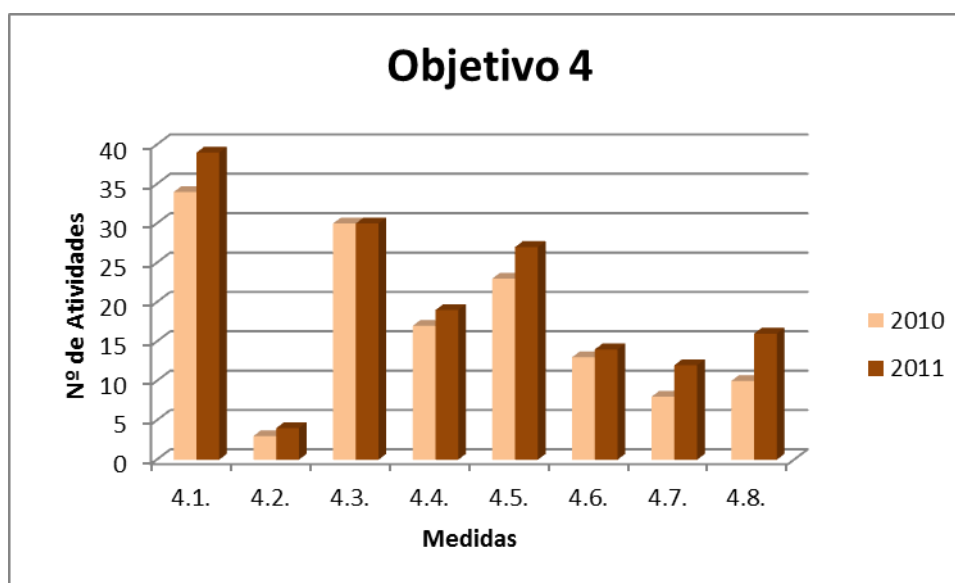
Esta medida pretende agrupar as atividades, no campo da influência política, que tenham dimensão internacional.

A tipologia associada contempla a participação portuguesa em ações internacionais.

4.8.1 Participação portuguesa em ações de influência política no quadro da ED de iniciativa e âmbito internacionais

	2010			2011		
	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD	Entidades Subscritoras do PA	ESE	ONGD
4.8.1	CNJ	0	ACEP APF FEC FGS	CNJ	0	ACEP APF CPR E&O FEC FGS

Com os dados recolhidos para o objetivo 4, direcionado para atividades pudemos construir o seguinte gráfico:



O objetivo 4 está direcionado para atividades de sensibilização e influência política, sendo que as quatro primeiras medidas nos remetem para a sensibilização e as quatro últimas para a influência política. A observação dos dados permite-nos dividir o nível de cobertura destas medidas em três grupos:

- as medidas bastante cobertas, como a 4.1, que se destaca claramente;
- as medidas razoavelmente cobertas, como as 4.3, 4.4, 4.5;
- as medidas com menor cobertura, como as 4.2, a 4.6, a 4.7 e a 4.8.

No quadro da medida 4.1 foi recolhida informação sobre atividades de promoção de ações de sensibilização. Para além de ser de fácil compreensão, a medida indica atividades claras e bem identificadas.

No segundo grupo, aparecem atividades relacionadas com a sensibilização através da comunicação social e das suas e dos seus profissionais e com a participação em ações de âmbito internacional. A medida 4.5 refere-se à promoção de ações de influência política.

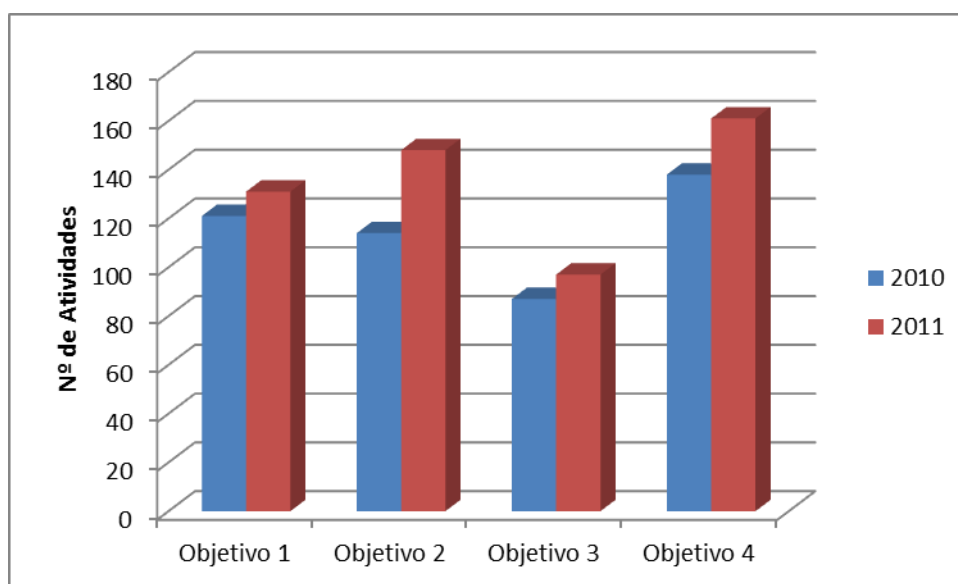
No terceiro grupo, é de salientar que a medida 4.2 preconiza “promoção de ações de sensibilização que fomentem as capacidades e competências de concertação entre atores”.

As medidas 4.6, 4.7 e 4.8, dedicadas à influência política, voltam a sublinhar a concertação entre atores, a ligação com os meios de comunicação social e com a participação de âmbito internacional. Apesar de um crescimento visível de 2010 para 2011, ainda se encontram num nível menos desenvolvido de atuação.

LEITURA DE DADOS POR OBJETIVO

Após uma leitura dos dados, medida a medida, julga-se ser importante uma leitura dos dados globais, por objetivo. Afinal, qual(is) o(s) objetivo(s) em que se tem apostado mais nos últimos dois anos? Qual(is) o(s) que necessita(m) de maior atenção?

O gráfico seguinte permite essa visão global.



Pela observação do gráfico é possível reconhecer que o objetivo que tem mais atividades é o número 4, o vocacionado para as atividades de sensibilização e de influência política, o que é facilmente explicável pelo caráter abrangente das medidas referentes à sensibilização da opinião pública.

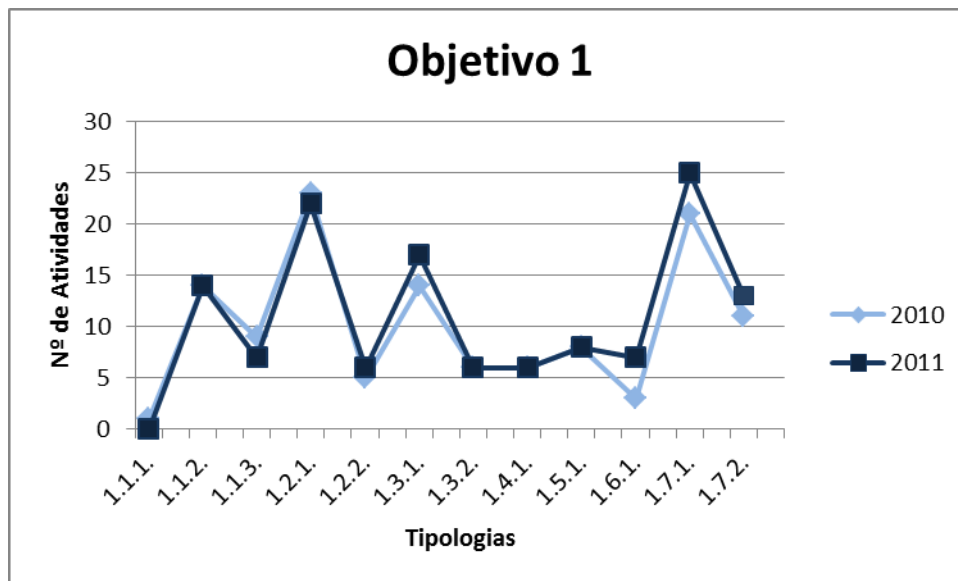
O objetivo 2 aparece em segundo lugar, no ano de 2011, e pensamos ser visível a relação estreita entre o trabalho das ONGD e das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED com as escolas e o setor de educação formal. As ESE pertencem, elas próprias, ao sistema de ensino formal, o que reforça esta ligação.

O objetivo 1, ligado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil, aparece em terceiro lugar, no ano de 2011, ficando em último lugar, com menor reporte de atividades, o objetivo 3, o reforço da ED na educação não formal, o que nos deverá levar a refletir.

LEITURA DE DADOS POR TIPOLOGIA DE ATIVIDADE

Até agora fez-se a análise da cobertura das medidas e o último gráfico permitiu uma visão geral da cobertura dos objetivos específicos. No entanto, pode-se, ainda, efetuar uma análise por tipologia de atividade, verificando quais as tipologias que foram identificadas pelas entidades contactadas como sendo as tipologias mais cobertas

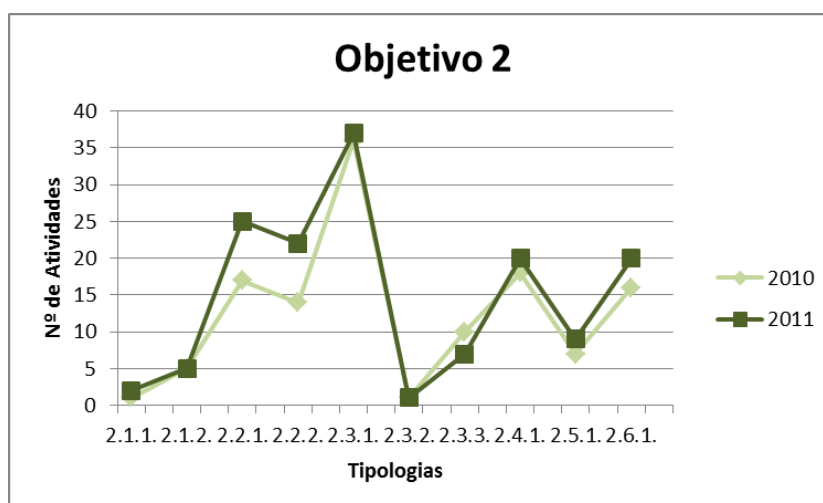
pelas suas atividades. Os quadros seguintes apresentam essa informação, agrupada por objetivo, para os dois anos.



Neste gráfico há a salientar a fraca execução da tipologia 1.1.1, que se debruça sobre a criação das condições para a constituição de sistemas de reconhecimento pelos pares de módulos de capacitação em ED, apresentando a tipologia 1.6.1, referente à identificação e à criação de mecanismos de participação de organizações reconhecidas enquanto representantes da sociedade civil no quadro dos instrumentos de conceção, tomadas de decisão e avaliação de políticas na área da ED, a mesma situação.

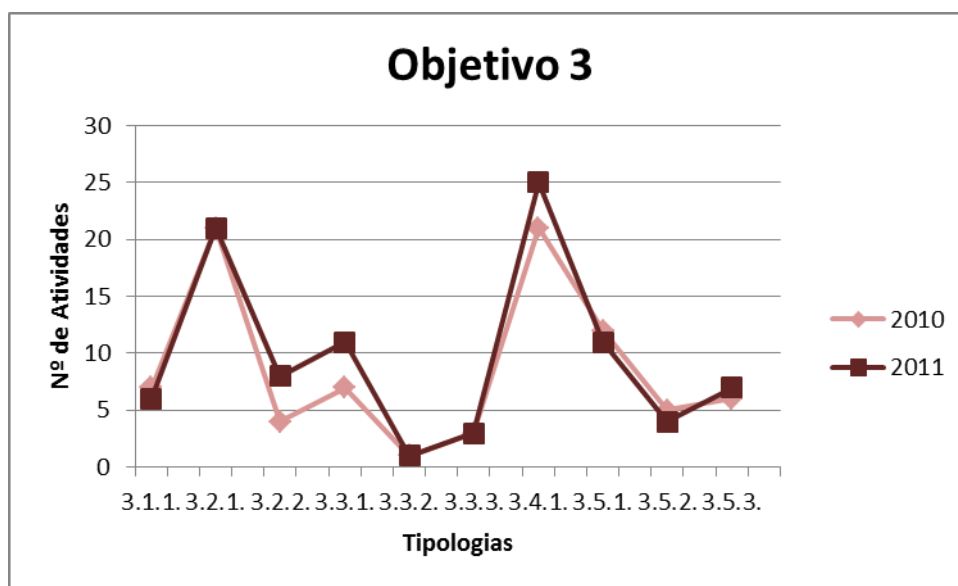
Pelo lado positivo, é possível salientar as tipologias 1.2.1 e 1.7.1 que dizem respeito à organização de seminários, conferências e debates sobre ED, a nível nacional e internacional.

Passando para o objetivo 2:



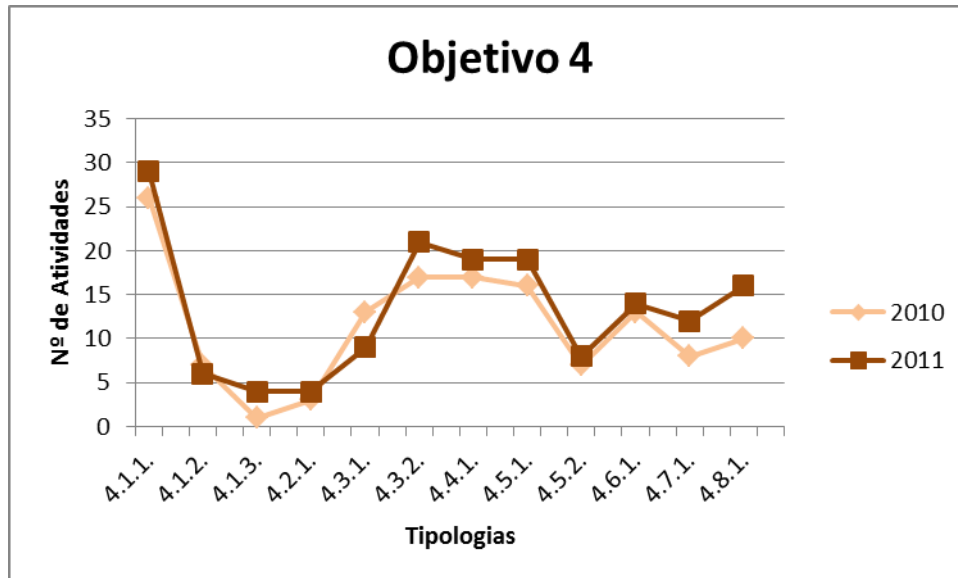
Aqui fica claramente demonstrada a debilidade do cumprimento das tipologias 2.1.1, sobre a existência de módulos de ED na formação inicial de docentes e 2.3.2. ligada à existência de projetos colaborativos de entidades públicas de ensino e organizações da sociedade civil, a nível regional.

Destaca-se a tipologia 2.3.1 com um elevado número de atividades, referentes à promoção e projetos colaborativos de ED no setor da educação formal, o que é compreensível dada a clareza de redação da tipologia e a sua grande abrangência.



No objetivo 3, dedicado à educação não formal, pode-se sublinhar a tipologia 3.3.2 como a menos preenchida. Considera-se que esta circunstância se deve ao facto de a tipologia se direccionar muito claramente para a capacitação sobre o conceito de ED em estudantes de comunicação social, ou seja, a tipologia é muito direccionada para um público-alvo concreto.

A divulgação de recursos, no âmbito da tipologia 3.4.1, e as iniciativas de promoção da colaboração entre organizações, tipologia 3.2.1, são as que recolhem um maior número de atividades.



No objetivo 4 salienta-se o ponto mais baixo na tipologia 4.1.3, a organização de campanhas que utilizam metodologias e instrumentos que permitam a reflexão e a partilha de aprendizagens (e talvez seja esta mesma particularidade “que permitam a reflexão e partilha de aprendizagens” que afaste a alocação de atividades por parte das organizações).

Os dois pontos mais elevados observam-se nas tipologias 4.1.1 e 4.3.2 que englobam, respetivamente, campanhas de sensibilização sobre temáticas de ED e ações que privilegiam os meios de comunicação social.

Os dois objetivos finais, respetivamente 5 e 6, estão relacionados com atividades específicas da Comissão de Acompanhamento enquanto principal responsável pelo cumprimento da ENED pela e pela execução do Plano de Ação. Estes serão analisados de seguida.

OBJETIVO 5

Atividades de dinamização da ENED

5.1 Organização de Jornadas anuais temáticas de formação em ED, por iniciativa, em paridade, de entidades públicas e da sociedade civil.

5.1.1 Promoção de uma mostra regular e contextualizada de materiais e recursos educativos no quadro das Jornadas anuais de ED

5.1.2 Participação de convidados internacionais (peritos e/ou representantes de uma entidade pública ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Jornada anual de ED

	2010	2011
	Comissão de Acompanhamento da ENED	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.1.1	1	1
5.1.2	1	1

A medida 5.1 foi cumprida, quer no ano de 2010, quer em 2011.

As primeiras Jornadas de Educação para o Desenvolvimento decorreram a 23 de novembro de 2010, na Fundação Cidade de Lisboa, subordinadas às temáticas do objetivo 4, sob o título *Práticas de Sensibilização e Influência Política* e reuniram cerca de 35 participantes, sobretudo da área das ONGD.

A Comissão Organizadora das Jornadas foi constituída pelo IPAD, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

A tipologia 5.1.2, respeitante à participação de conferencistas internacionais, também foi cumprida, uma vez que se contou com a experiência de Nanda Couñago, a Coordenadora Geral da Campanha Roupas Limpas da Galiza.

No ano de 2011, devido ao contexto político e económico do país, os prazos das atividades acabaram por ficar de alguma forma comprometidos e, apesar de as Jornadas terem sido pensadas e planeadas em 2011, acabaram por se realizar apenas em janeiro de 2012. *Educação para o Desenvolvimento* nas escolas foi o tema escolhido para 2011, que apontou para as problemáticas do objetivo 2, numa sessão decorrida na Fundação Calouste Gulbenkian, onde estiveram presentes 134 participantes.

A organização do evento foi da responsabilidade da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo IPAD, Ministério da Educação, Plataforma Portuguesa das ONGD e CIDAC.

Neste caso, teve lugar, em simultâneo, uma pequena mostra de materiais pedagógicos, que permitiu fazer uma primeira experiência do previsto na tipologia 5.1.1.

O cumprimento da tipologia 5.1.2, respeitante à participação de conferencistas internacionais, deveu-se à participação de Liam Wegimont, representante do *Global*

Education Network Europe (GENE) e de Heide Tebbich, do *Baobab Global Educational Resource Center*, de Viena.

As memórias das duas iniciativas foram divulgadas apenas no final de 2012, o que aponta para uma deficiência a ultrapassar.

5.2 Organização de um Fórum anual de ED, por iniciativa, em paridade, de duas instituições públicas (uma delas, o IPAD) e duas plataformas da sociedade civil (uma delas, a Plataforma Portuguesa das ONGD).

5.2.1 Participação de convidados internacionais (representantes de entidades públicas ou de organizações da sociedade civil relevantes, do Norte ou do Sul) em cada Fórum anual de ED

5.2.2 Apresentação e reflexão sobre práticas que envolvam a articulação, troca de experiências e conhecimento mútuo, a nível nacional e internacional, entre atores da educação não formal e destes com a educação formal, no quadro do Fórum anual de ED

5.2.3 Participação dos atores envolvidos nas ações de sensibilização e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

5.2.4 Participação dos atores envolvidos nas ações de influência política e presença das seguintes problemáticas nas edições do Fórum anual da ED: dispositivos de reflexão e aprendizagem e de partilha das aprendizagens a partir das próprias experiências e capacidades e competências de concertação entre atores

	2010	2011
	Comissão de Acompanhamento da ENED	Comissão de Acompanhamento da ENED
5.2.1	0	0
5.2.2	0	0
5.2.3	0	0
5.2.4	0	0

Em 2010 e 2011 não foi possível realizar o Fórum anual de ED por falta de disponibilidade para dar resposta, num mesmo ano, à organização das Jornadas e do Fórum.

OBJETIVO 6

Planificação, Acompanhamento e Avaliação da ENED

6.1 Planificação da ENED

6.1.1 Exercícios de Planificação anual

	2010	2011
	Comissão de Acompanhamento da ENED	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.1.1	0	0

Para os anos de 2010 e de 2011 não foi possível realizar uma planificação anual das atividades de ED, onde constassem os dados das entidades subscritoras do Plano de Ação da ENED. Foi, no entanto, efetuada uma recolha de dados dos planos anuais das instituições.

6.2 Acompanhamento da ENED

6.2.1 Conceção de um sistema de acompanhamento adaptado à complexidade de uma estratégia nacional multi-atores

6.2.2 Alimentação regular do dispositivo de acompanhamento por parte dos atores envolvidos

6.2.3 Elaboração regular de relatórios de acompanhamento da ENED

	2010	2011
	Comissão de Acompanhamento da ENED	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.2.1	1	1
6.2.2	1	1
6.2.3	Não se aplica	0

No que concerne à medida 6.2 podem observar-se realidades díspares. A tipologia 6.2.1 foi cumprida com a construção do dispositivo de acompanhamento, criado para ser alimentado com as atividades das diversas instituições que concorrem para a execução do Plano de Ação da ENED.

A tipologia 6.2.2 também foi cumprida uma vez que a Comissão de Acompanhamento manteve os seus encontros de forma regular.

No ano de 2010 a Comissão de Acompanhamento reuniu por 14 vezes, às quais se juntaram mais 3 encontros com o Grupo de Trabalho 2 e diversas reuniões da Comissão Organizadora das I Jornadas de ED.

Em 2011, a Comissão encontrou-se em 12 momentos durante o ano, aos quais se juntaram também reuniões preparatórias das II Jornadas de ED. O Grupo de Trabalho 2 não reuniu durante o ano de 2011.

Uma das funções da Comissão de Acompanhamento é a divulgação nacional e internacional da própria ENED e da situação portuguesa face às temáticas da Educação para o Desenvolvimento⁹. Nos anos de 2010 e 2011 múltiplos foram os momentos em que se fez a apresentação pública da mesma. Apresentamos, em seguida, alguns desses momentos:

2010	2011
<ul style="list-style-type: none"> - Edição de "Os Dias do Desenvolvimento", Lisboa (Portugal) - Seminário Global Education, Bratislava (Eslováquia) - Seminário Educação para a Cidadania Mundial: políticas e boas práticas em Confronto, Milão (Itália) - Encontro com as Organizações não Governamentais de Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Seminário DEEEP - Fostering National Strategies, Bruxelas (Bélgica) - Curso livre "Cooperação, Cidadania e Desenvolvimento", Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Portugal)

Durante os anos de 2010 e 2011 não foi possível a elaboração de relatório de acompanhamento da ENED. No entanto, em 2011 foi aprovado o projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", primeiro passo para a redação do mesmo uma vez que faz parte das atividades do referido projeto.

⁹ Para consultar referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED, ver Anexo 4, pág.78.

6.3 Avaliação da ENED

6.3.1 Conceção do sistema de avaliação

6.3.2 Avaliação intermédia

6.3.3 Avaliação final

	2010	2011
	Comissão de Acompanhamento da ENED	Comissão de Acompanhamento da ENED
6.3.1	1	1
6.3.2	Não se aplica	Não se aplica
6.3.3	Não se aplica	Não se aplica

O sistema de avaliação da ENED está de facto pensado e plasmado no dispositivo de acompanhamento.

A avaliação intermédia está pensada para 2013, promovida pela Comissão de Acompanhamento e com a participação das entidades subscritoras do Plano de Ação. Será posterior e no seguimento do processo de *Peer Review* levado a cabo pelo GENE, do qual se esperam retirar aprendizagens sobre a situação da ED em Portugal.

A avaliação final está prevista para 2015-16, como balanço e encerramento da ENED 2010/2015.

E - APRESENTAÇÃO DE DADOS POR CRITÉRIO

COBERTURA GEOGRÁFICA

Considera-se importante analisar a distribuição geográfica das atividades referidas neste relatório, no sentido de perceber se há uma concentração das mesmas em alguma região particular do país ou se há uma distribuição equitativa.

Para esta análise definiu-se como critério para a classificação geográfica a Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos, conhecida como NUTS. Esta classificação divide o território português, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de maio de 2003, em sub-regiões de três níveis. Para o relatório achou-se por bem utilizar as sub-regiões definidas no segundo nível (NUTS II), que comportam as seguintes regiões: Portugal Continental – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

Para além destas categorias, tiveram que ser criadas mais três – Nacional, Internacional e não identificado.

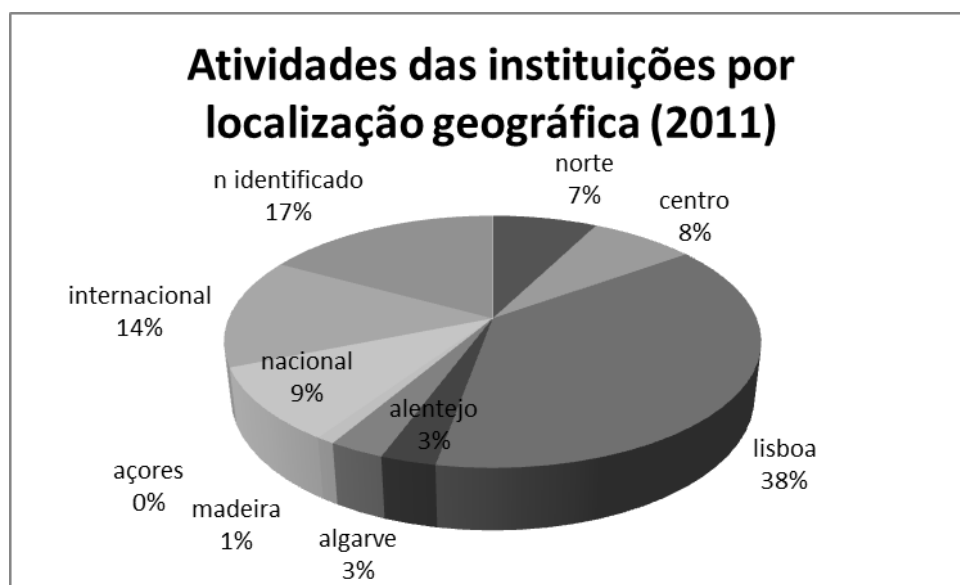
Na categoria Internacional, inseriram-se todas as atividades realizadas fora de Portugal alocadas em tipologia de atividade que assim o preconizasse. Mantiveram-se de fora atividades de ED realizadas por ONGD portuguesas com públicos-alvo não portugueses e decorridas fora de Portugal, como por exemplo “Formação de professores cabo-verdianos em temas como a igualdade de género”, decorrida na Cidade da Praia.

Na mesma categoria englobaram-se ainda todas as atividades relacionadas com a produção ou divulgação de conteúdos relacionados com a Internet – sítios, plataformas, etc. – uma vez que se partiu do princípio que ao disponibilizar informação *online* esta pode ser acedida em qualquer parte do mundo.

Na análise dos dados considera-se ser importante observá-los por tipo de instituição, separadamente, pois o facto de as ESE participantes no estudo serem apenas do Norte pode afetar a leitura dos dados e comprometer as conclusões.

Uma vez que a diferença da distribuição geográfica das atividades, de 2010 para 2011 não é muito significativa, optou-se por analisar apenas o ano de 2011, dividindo antes os dados pelas instituições promotoras das atividades, pelas razões que acabaram de ser explicadas.

Comece-se, então, com a leitura dos dados relativos às atividades promovidas pelas instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED:

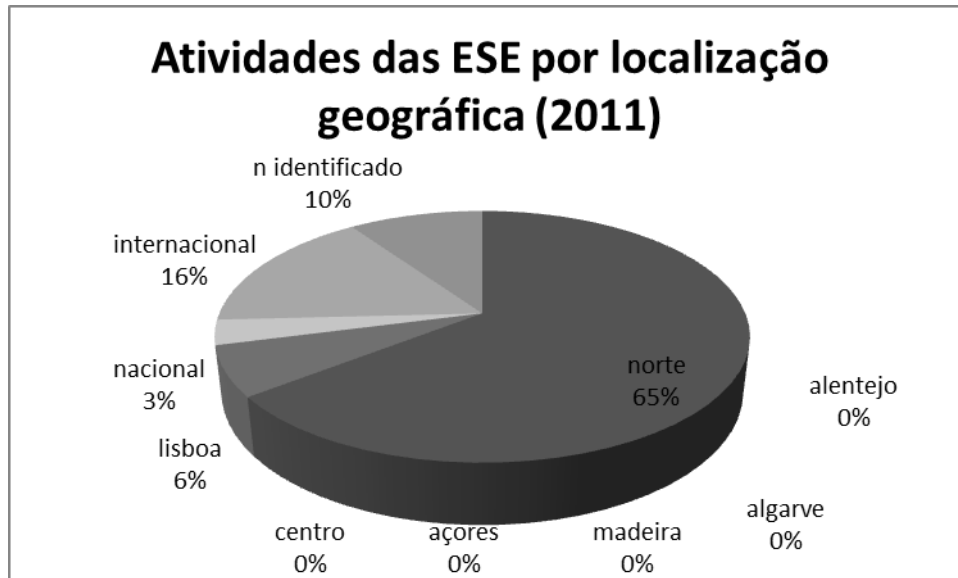


Da observação do gráfico pode-se salientar o papel preponderante das atividades realizadas em Lisboa (38%) e das realizadas a nível internacional (14%), bem como o nível elevado de atividades para as quais não existe identificação da localização geográfica.

De salientar o número significativo de iniciativas a nível internacional, decerto inflacionado pela inclusão de atividades que envolvem as novas tecnologias da informação, nomeadamente a disponibilização de informação *online*. Por exemplo, se tomarmos em conta a página nacional da Campanha Global pela Educação, apesar de esta estar disponível em qualquer parte do mundo, o seu público-alvo é de âmbito nacional. No entanto, e como não conseguimos obter informação que nos indicasse explicitamente qual o público-alvo esperado nestas circunstâncias, optou-se, como já foi referido, por inserir todos os dados relativos a informação *online* como internacional o que, decerto, estará a inflacionar os resultados.

Todas as outras zonas geográficas apresentam dados inferiores a 10%.

A região autónoma da Madeira apresenta uma percentagem de 1% e a região autónoma dos Açores não está contemplada.



Observando o gráfico correspondente aos dados recolhidos junto das ESE, verifica-se que estes são comprometidos com a localização geográfica das próprias ESE. De facto, como as escolas superiores junto das quais se conseguiu recolher dados válidos sobre ED situam-se na zona norte do país, é normal que a esmagadora maioria das atividades se apresentem nessa região (65%). Salienta-se o valor significativo de Lisboa que detém 6% das atividades.

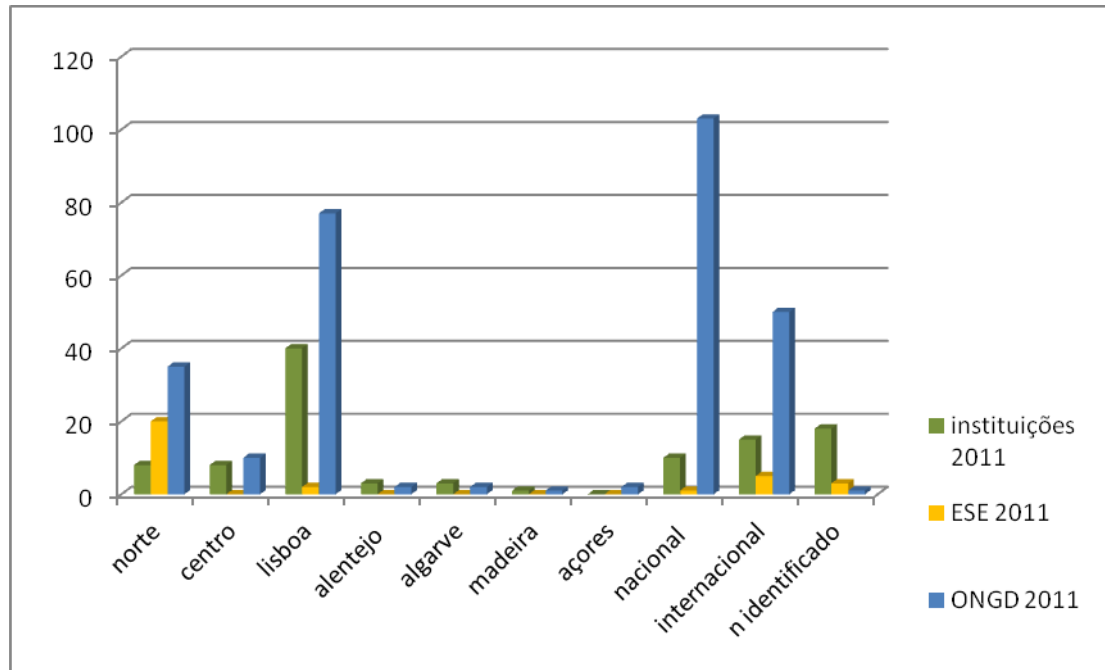
Existem ainda algumas atividades nacionais e um número significativo de atividades internacionais, sejam elas de participação em eventos fora de Portugal, sejam elas de carácter virtual.

Importa sublinhar que é sabido que outras ESE desenvolvem trabalho na área da ED, até em parceria com ONGD, no entanto, não foram recebidas informações no âmbito deste relatório. É necessário, portanto, cautela com a leitura destes dados. Para se fazer uma leitura mais correta, mais aproximada da realidade, das atividades promovidas pelas ESE, seria necessário ter uma amostra de dados maior e mais abrangente.



Da análise do gráfico dos dados recolhidos junto das ONGD, é possível observar:

- o melhor fornecimento dos dados, o que faz reduzir para 0% o número de situações não identificadas;
- a predominância do carácter nacional das atividades, seja através de campanhas de sensibilização nacionais, seja pela seleção dos públicos-alvo, sobretudo escolas e autarquias, com dispersão geográfica por todo o território, como iremos analisar mais detalhadamente;
- o papel ainda muito central de Lisboa como região de concentração de atividades, facto que não é de admirar tendo em conta a localização da sede das ONGD participantes no nosso relatório (77% em Lisboa, 17% no Norte, 3% no Centro e 3% no Alentejo);
- a carácter significativo das atividades internacionais, pelas razões que já foram apontadas;
- valores no Norte acima dos 10%, mostrando já alguma dinâmica de atores fora da zona da capital, ainda que incipiente;
- o número residual de atividades centradas nas zonas Centro, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas, o que estará, decerto, relacionado com o universo de ONGD presentes neste relatório, mas também com o número de organizações não governamentais existentes nessas regiões, bastante reduzido (tendo como base a distribuição geográfica das ONGD inscritas na Plataforma nacional).



Por último, este gráfico permite ter uma visão global da distribuição total das atividades, por unidade territorial, sendo possível comparar os três tipos de instituições. Pensa-se que as conclusões a retirar já foram exploradas com os gráficos anteriores.

Um dos dados que se julgou ser importante observar com maior detalhe é a distribuição geográfica das escolas e das autarquias envolvidas nas atividades/projetos de ED.

Assim, após a primeira análise gráfica efetuada, achou-se por bem contactar novamente as instituições que indicaram trabalharem com esses dois tipos de públicos-alvo, solicitando mais alguns dados que permitissem ter um mapa dessas parcerias.

Das 47 organizações que enviaram os seus dados (instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, ESE e ONGD), foram identificadas 27 que apresentavam o público escolar como um dos seus públicos-alvo.

Destas 27, apenas conseguiram-se recolher dados da localização específica das escolas de 24 organizações.

Por estas organizações foram referenciadas 1171 escolas (de ensino pré-escolar, básico e secundário) que têm atividades de ED em colaboração com as instituições que responderam ao relatório.

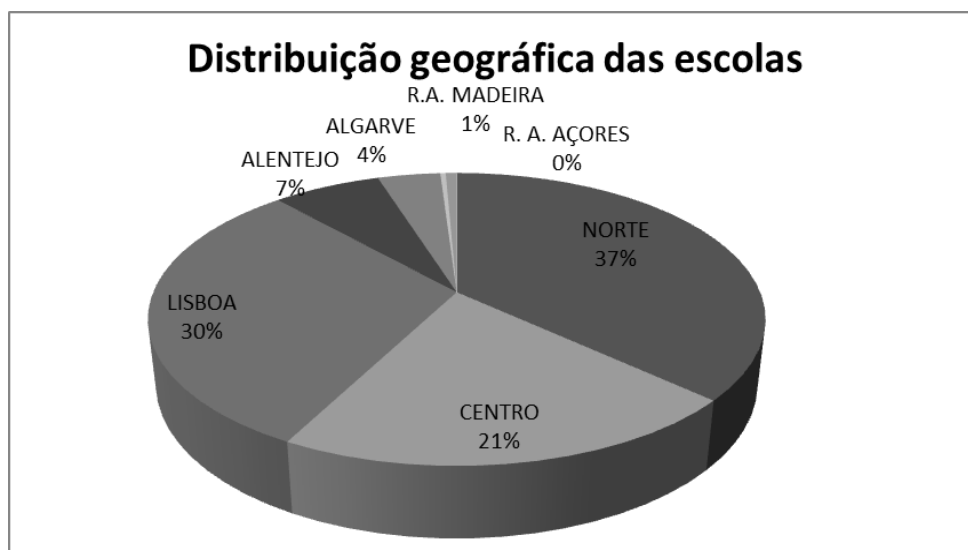
Existe a informação, no entanto, que deste número total fazem parte vários tipos de parceria. Em 474 delas a presença da entidade promotora é apenas pontual, através da celebração de momentos pontuais, durante o ano letivo, enquanto nas restantes foi identificado um trabalho mais continuado, de maior permanência.



Chama-se a atenção para o facto de ao dizer-se que estas são as escolas abrangidas por atividades/projetos de ED, não se está a considerar que toda a escola tenha de intervir. Esta categorização abrange situações tão diversas como a participação de um ou de uma professora, de uma turma, de um ciclo, de uma disciplina, até à participação de toda a escola ou agrupamento, em última instância.

Como metodologia de análise de dados utilizou-se geralmente a unidade escola. Quando foram apresentados dados de agrupamento, depois desdobrados em escolas, foi essa a informação utilizada. Quando não foi dada essa informação e não foi possível perceber de quantas escolas o agrupamento é composto foi adotado o agrupamento com valor de uma entrada, como se fosse assumida uma escola.

Observe-se a seguinte distribuição geográfica dos dados obtidos:

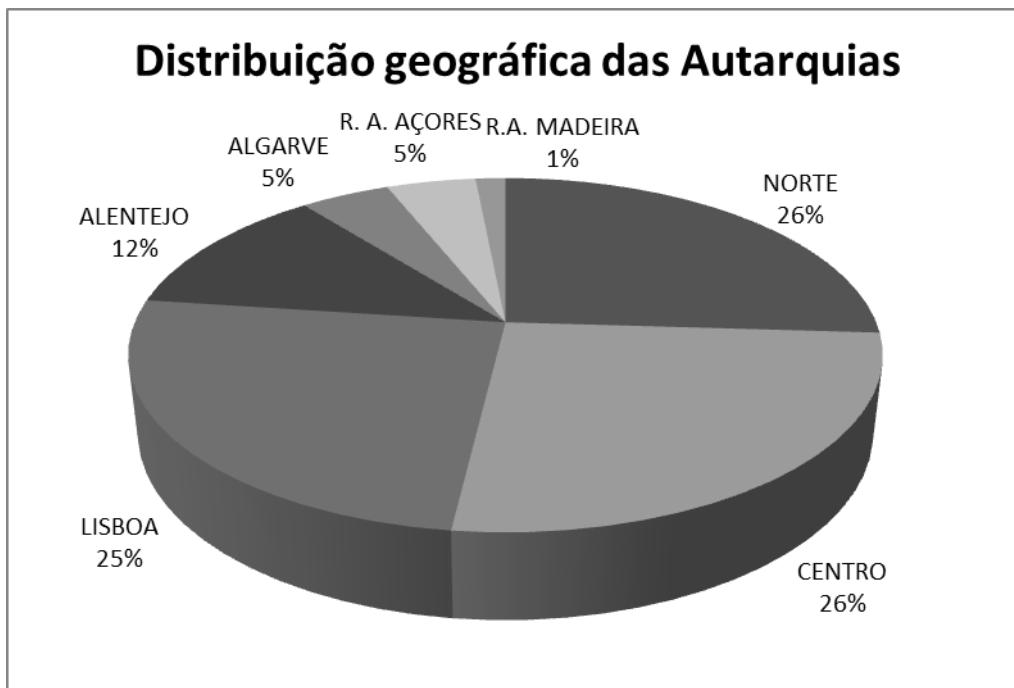


Este gráfico permite concluir que, das organizações que apresentaram os seus dados, há uma grande predominância das atividades nas escolas a Norte (39%, 402 escolas reportadas) bem como de Lisboa (28% - 285 escolas, com um valor muito significativo considerando o tamanho reduzido desta unidade territorial) e mesmo do Centro (21% - 213 escolas).

As áreas menos abrangidas são, claramente, o Alentejo (7% - 72 escolas), o Algarve (4% - 45 escolas) e as Regiões Autónomas (Açores com 4 escolas e a Madeira com 7).

No caso das autarquias, do mesmo universo de 47 organizações, foi recebida informação das 14 entidades que reportaram essa parceria.

Com esses dados, obteve-se o seguinte gráfico:



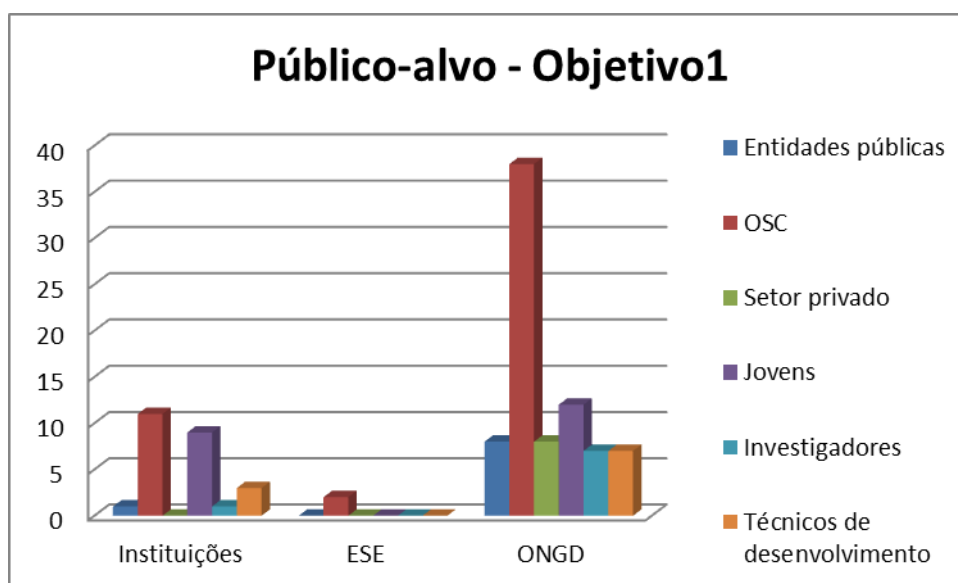
Pode-se verificar que se mantêm os mesmos cenários – grande preponderância do Norte e Centro (com 26% cada, num total de 34 autarquias cada), de Lisboa (25% - 33 autarquia), e valores mais reduzido para as outras áreas geográficas nacionais: Alentejo com 12%, representando 16 autarquias, Algarve com 5%, 6 autarquias, os mesmos valores que na Região Autónoma dos Açores, e a Madeira com 1%, num valor absoluto de 2 autarquias.

PÚBLICOS-ALVO

A categorização por públicos-alvo levou à análise de todos os públicos identificados pelas instituições no sentido de os agruparmos a fim de se poderem tirar algumas conclusões.

O primeiro critério seguido foi o da distribuição por objetivos. De uma maneira geral, os públicos escolares encontram-se nos objetivos dois e três, dependendo se a atividade decorre num âmbito de educação formal ou não formal, as atividades viradas para quem detém o poder de decisão técnica e política enquadram-se no objetivo número quatro, que em parte diz respeito à influência política, e por aí fora, seguindo o mesmo raciocínio.

Em seguida, foi feito o trabalho de encontrar categorias agregadoras das informações facultadas, através das quais foram realizados gráficos por objetivo, analisando as informações por tipo de instituição. Uma vez que, e como já foi referido anteriormente, as diferenças entre os anos de 2010 e 2011 não são significativas e estão bem expressas no capítulo da cobertura das medidas, optou-se por analisar a situação para o ano de 2011.



Da observação do gráfico anterior pode-se salientar:

- as categorias que foi possível construir face aos dados recolhidos – entidades públicas, organizações da sociedade civil (setor não lucrativo, onde se incluem as associações, fundações e cooperativas), organizações do setor lucrativo, jovens,

comunidade científica, técnicos e técnicas de desenvolvimento (envolvendo também a denominação de cooperantes);

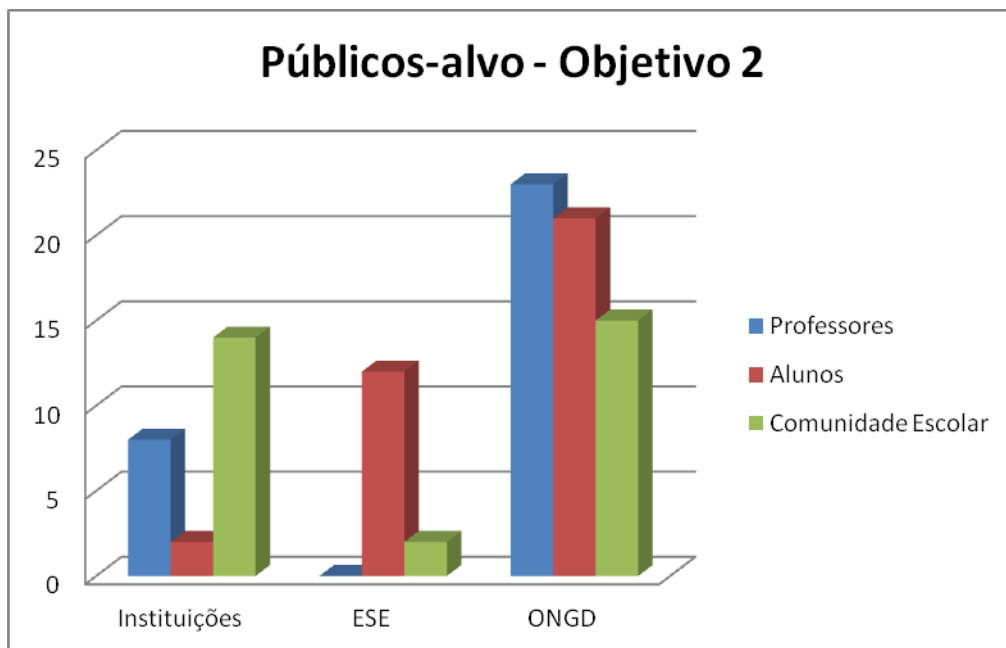
- os públicos-alvo mais específicos das instituições subscritoras do Plano da Ação da ENED, com especial relevo para os jovens e as ONG, o que se julga estar diretamente ligados às vocações das próprias instituições (por exemplo, a presença do Conselho Nacional da Juventude e do Instituto Português da Juventude o que inflaciona o valor das e dos Jovens);

- a fraca contribuição das ESE para este objetivo, com uma pequena ligação às ONG;

- a presença significativa das ONGD, com especial relevância para o público-alvo 'organizações da sociedade civil', o que apenas vem confirmar a direção deste objetivo 1, dedicado à capacitação das entidades públicas e das organizações da sociedade civil;

- para terminar, talvez ainda sublinhar o valor residual da presença do setor privado, enquanto público-alvo.

Passando à análise dos dados do objetivo 2, obteve-se o seguinte cenário:



Uma vez que este objetivo se dedica à educação formal, foi com alguma normalidade que se encontraram as seguintes categorias de públicos-alvo – docentes, discentes e comunidade escolar.

Em 'comunidade escolar' agruparam-se as situações onde as próprias organizações assim o indicaram e as situações onde eram referidos, de um modo geral, todo o

público escolar, escola, agrupamento, encarregados e encarregadas de educação, pais e mães, pessoal não docente, direções, entre outros.

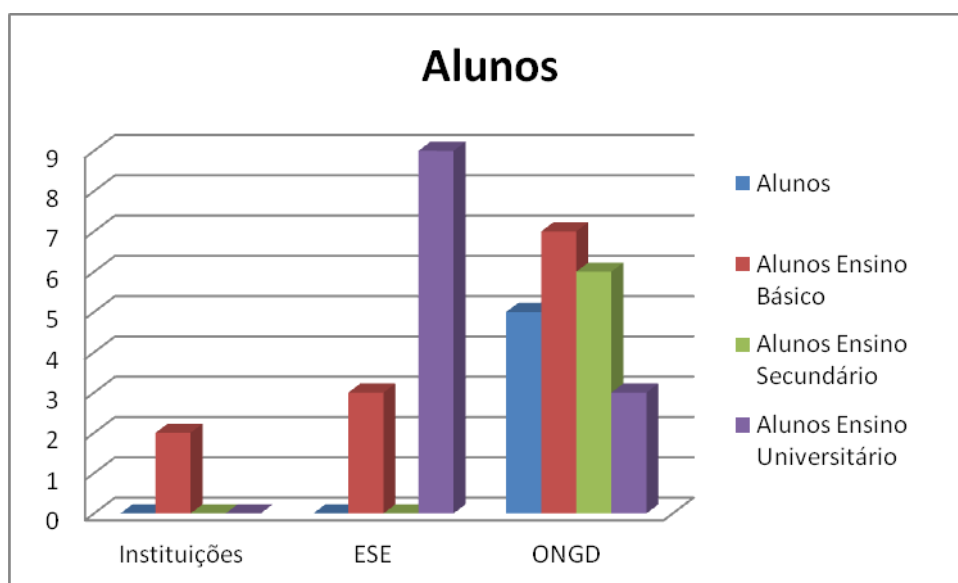
De salientar:

- a reduzida referência a discentes como público-alvo das instituições, o que se justifica com o seu âmbito de ação pouco direcionado para a educação formal e que se pode compensar com o elevado valor da referência a jovens no objetivo 1;

- a clara aposta nas/os alunas/os como público-alvo das atividades das ESE;

- os valores elevados das ONGD, o que reforça o papel das intervenções das mesmas no âmbito da educação formal, e a sua aposta forte na formação dos docentes, seguida das atividades para os discentes e para a comunidade escolar como um todo.

Uma vez que, em grande parte dos dados, conseguiu-se uma maior definição da caracterização da categoria de “alunas/os”, decidiu-se desdobrar essas informações entre ensino básico, ensino secundário e universitário. Onde continua a aparecer alunos, significa que nenhuma informação foi dada que permitisse perceber qual o ciclo a que as atividades se dirigiam.



Assim, verifica-se que:

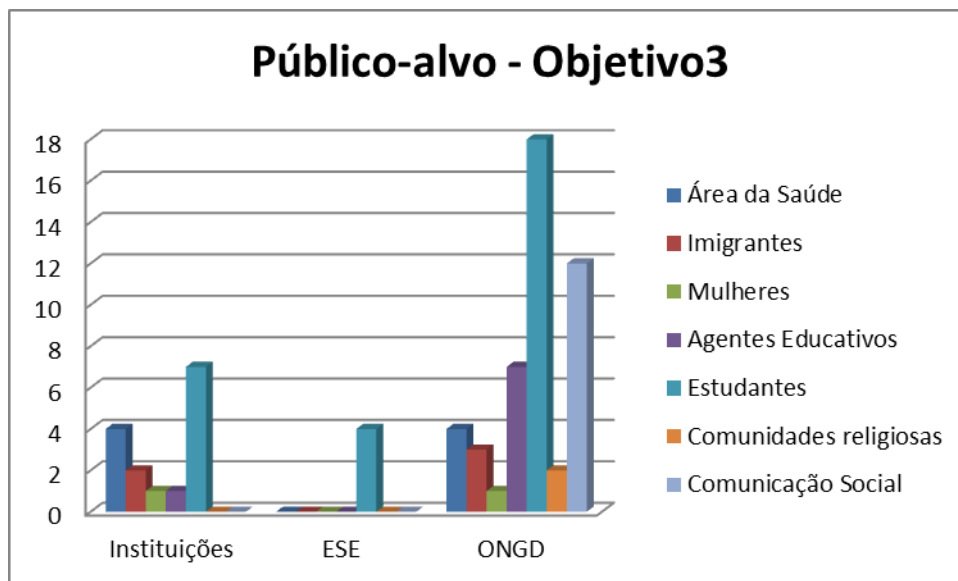
- as instituições se dedicam com maior preponderância aos discentes do ensino básico, facto que é facilmente perceptível se se pensar no ensino básico como nível da escolaridade obrigatória até há bem poucos anos;

- as ESE confirmam os estudantes universitários como seu público-alvo de eleição. A presença do ensino básico também é compreensível uma vez que a formação ministrada nas ESE prepara futuras/os profissionais da educação para os 1º e 2º ciclos do ensino básico e, portanto, é lógica a interação entre os dois públicos-alvo;

- as ONGD demonstram o seu carácter transversal ao estarem representados os diversos níveis de ensino no seu campo de ação.

Há ainda a assinalar a presença da categoria alunas/os, no geral, justificada, como já foi dito anteriormente, por falta de dados que nos permitam especificar o ciclo a que pertencem.

Passando, em seguida, à observação do gráfico correspondente às atividades do objetivo 3, direcionado para a educação não formal:

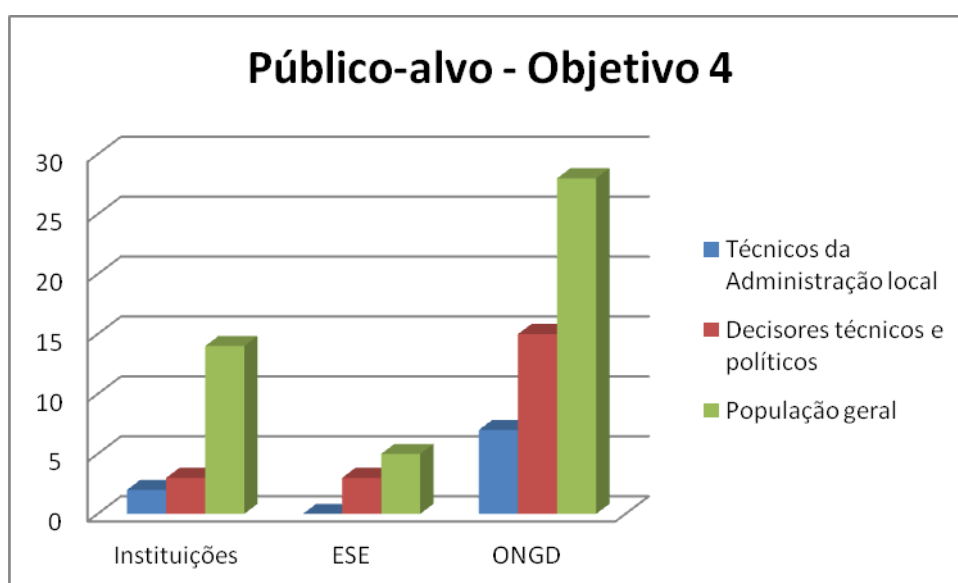


Iniciando pela análise dos dados das instituições, pode-se verificar que as suas atividades são muito marcadas, mais uma vez, pela sua própria missão. É ainda importante ressaltar os valores dedicados à área da Educação, o que reitera a leitura anterior de que as instituições não se dedicam tanto à educação formal mas o seu trabalho com escolas fica patente na categoria “jovens” do objetivo 1 e na de “estudantes” no âmbito da educação não formal.

Observando o papel das ESE nas atividades de ED no campo da educação não formal, observa-se que, pelo menos nas ESE para as quais existem dados, o seu público continua a ser, com alguma coerência, os e as estudantes.

Passando aos dados das ONGD, existe uma maior distribuição dos públicos, com maior relevo para estudantes e profissionais de comunicação social. De salientar aqui o trabalho de ONGD vocacionadas para áreas específicas como a igualdade de género, a imigração, a saúde ou mesmo os valores religiosos.

Tenham-se em atenção, agora, as temáticas do objetivo 4:



Este objetivo, como já foi referido atrás, prende-se com duas áreas principais – a sensibilização e a influência política, portanto, é normal que se encontrem categorias de públicos que entronquem nestas duas áreas.

Dentro da sensibilização verifica-se, maioritariamente, a indicação de população em geral, nomenclatura selecionada para indicar o grande público.

Relativamente à influência política, existem dois tipos de categorização:

- pessoal técnico de administração local, englobando todas as referências a técnicos/as de municípios, autarquias e autoridades locais;

- e indivíduos com poder de decisão técnica e política, geralmente nomeados desta forma pelas próprias organizações, incluindo também referências a deputados e deputadas, governos e grupos parlamentares.

Assim, verifica-se que as instituições têm um maior papel em atividades de sensibilização da população em geral e que as ações de influência política são em número menos relevante. No caso das ESE, a sua ação concorrente para o objetivo 4, em geral, não é muito expressiva e passa, sobretudo, por campanhas de sensibilização dedicadas ao público em geral.

Por último, no caso das ONGD, os números já adquirem um carácter mais relevante e distribuem-se pela intervenção em atividades de sensibilização da população em geral, apresentando também, embora de forma bastante mais reduzida, ações de influência política, tanto junto de autoridades locais, como da tomada de decisão política e técnica. De salientar a análise já apresentada, no capítulo da distribuição geográfica, das parcerias entre organizações que atuam em ED e diversas autarquias.

ENTIDADES FINANCIADORAS

A análise das entidades financiadoras também pareceu de alguma importância no sentido de se perceber quem está a financiar as atividades de ED em Portugal e como isso influencia a sustentabilidade e a permanência das mesmas.

Optou-se por analisar os dados de apenas um ano, o de 2011, até porque muitos projetos beneficiam de linhas de financiamento já anteriores.

Após a análise dos dados recolhidos, procedeu-se à seguinte categorização:

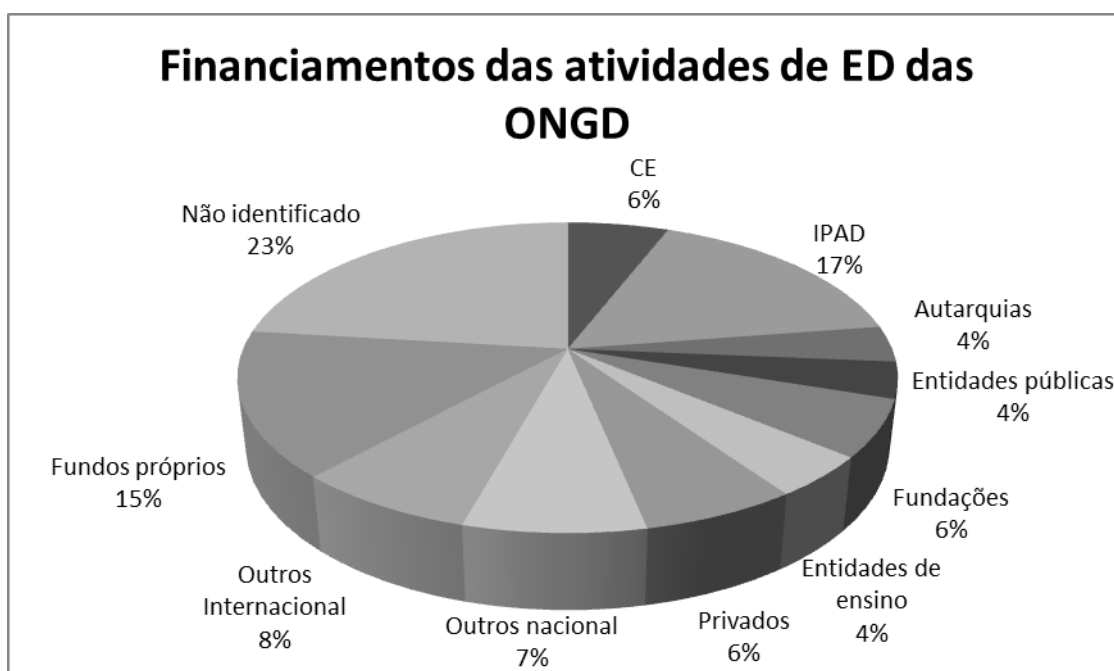
- Comissão Europeia
- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, um dos elementos da Comissão de Acompanhamento, teve, ao longo destes dois anos, um papel fundamental como promotor e financiador de projetos na área da Educação para o Desenvolvimento. De realçar que o próprio Instituto procura integrar a ENED no seu modo de financiamento ao pedir que, nas candidaturas, as ONGD indiquem já as medidas para as quais se propõem concorrer¹⁰.

- Autarquias – geralmente parceiras e públicos-alvo das próprias atividades
- Entidades públicas – encontram-se referências ao IPJ (Instituto Português da Juventude), à RTP e a Governos Cívicos, por exemplo;

¹⁰ Ver Anexo 3, pág.77.

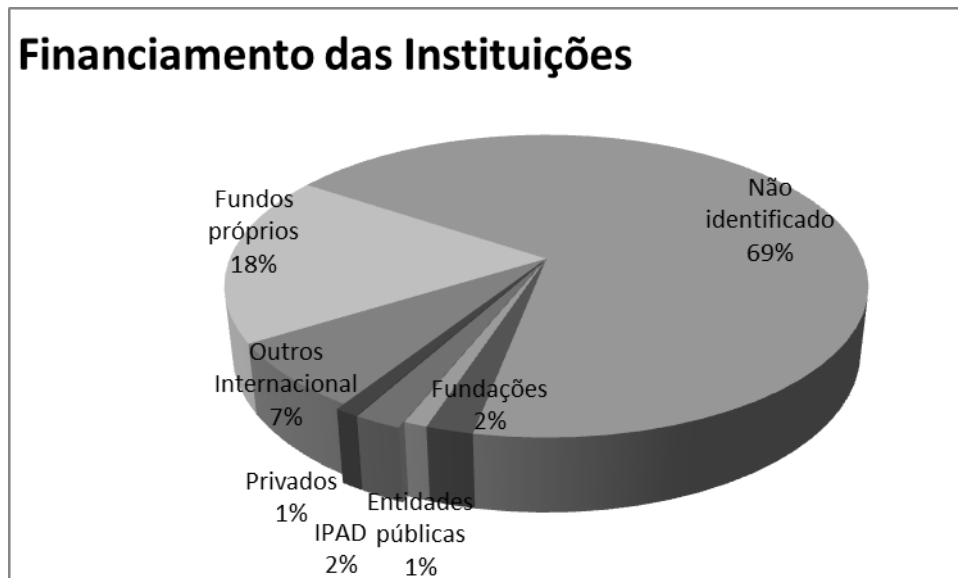
- Fundações – as mais referenciadas são a Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação EDP e a Fundação Montepio;
- Entidades de ensino – geralmente instituições de ensino superior;
- Privados – algumas pequenas empresas privadas e entidades comerciais;
- Outros de carácter Nacional – geralmente dizem respeito a ONGD parceiras que participam no financiamento das atividades em comum;
- Outros de carácter Internacional – outras ONGD ou instituições não portuguesas;
- Fundos próprios – financiamento que as próprias instituições conseguem atrair ou gerar, donativos ou atividades financiadas por quem participa nas atividades (ações de formação, por exemplo);
- Não identificado.



Da observação do gráfico facilmente se conclui que existe uma relativa dependência das ONGD portuguesas face às linhas de financiamento do IPAD, o que coloca questões de sustentabilidade perante a situação orçamental difícil que o país atravessa, e pode colocar em causa a prossecução de muitos projetos nos próximos anos.

O valor dos fundos próprios também é relevante e demonstra que as organizações portuguesas tendem a procurar uma diversificação do financiamento, situação comprovada também pelos valores observados na dispersão pelas outras categorias.

Importa salientar que há ainda fontes de financiamento com valores reduzidos e que seria desejável pudessem apresentar-se como alternativas de financiamento – a Comissão Europeia (6%), as fundações (6%), as entidades privadas (6%) e outra captação de fundos com parcerias internacionais, uma vez que as autarquias, as entidades da administração central e as instituições de ensino, dependentes do orçamento público, terão maiores dificuldades devido à atual política de contenção de custos.



Relativamente ao financiamento dos projetos e iniciativas de ED promovidos pelas instituições, nas quais foram integrados os dados apresentados pelas ESE, os dados são ligeiramente diferentes. A salientar, imediatamente, o grande número de atividades com financiamentos não identificados, o que prova, mais uma vez, a maior dificuldade de recolha dos dados entre as instituições.

Neste grupo de atores de ED, o financiamento do IPAD não apresenta grande expressividade, bem como o de outras entidades públicas, de fundações ou mesmo de privados.

A principal forma de financiamento destas instituições são os seus fundos próprios – como muitas delas são entidades públicas, têm um orçamento específico decorrente do Orçamento de Estado – e outras fontes de financiamento internacional.

PARCERIAS

A recolha dos dados permitiu questionar se haveria alguma tendência expressa que elucidasse sobre se em Portugal há ou não uma prática de trabalho em parceria. Após uma análise dos dados, obteve-se o seguinte gráfico, com os dados relativos a 2011:



Da análise dos dados recolhidos observa-se que um número muito expressivo dos projetos/atividades são executados em parceria - 73% -, sendo que apenas 13% aparecem com a indicação da própria organização como única entidade executora. Isto permite concluir que, apesar de poder haver um caminho a fazer de estreitamento de relações entre os diversos atores a intervir em ED, em Portugal, os dados mostram que há prática efetiva de trabalho em parceria e redes.

F – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da análise dos dados recolhidos no presente relatório, pensa-se ser possível retirar algumas conclusões e tecer algumas recomendações decorrentes das mesmas, o que é apresentado em seguida:

Conclusões

- Metodologia de elaboração do relatório
 - a falta de um modelo de recolha de dados uniforme e que agilizasse a recolha e o tratamento dos dados, dificultou o processo;

- Cobertura das Medidas
 - verificou-se um aumento geral (ainda que ligeiro) das atividades em todos os objetivos em 2011, comparando com 2010;
 - verificou-se um relativo equilíbrio na distribuição das atividades por objetivo, com exceção do objetivo 3, que apresenta um nível de cobertura significativamente inferior;
 - a realização de encontros, seminários, conferências, tendo por centro a partilha e troca de experiências entre organizações apresenta, transversalmente, um nível de cobertura muito positivo;
 - na mesma situação, deve ser salientada a elaboração e divulgação de materiais educativos (objetivos 2 e 3) e a promoção do trabalho colaborativo;
 - a questão da promoção da investigação na área de ED e a reflexão registada sobre as suas atividades ressalta como uma das áreas, transversalmente, mais frágeis;
 - também a formação de agentes na área de ED apresenta a um nível transversal, mas com destaque para os objetivos 2 e 3, uma cobertura deficitária.

Algumas hipóteses que podem explicar os níveis mais baixos de cobertura:

- fraco investimento nas tipologias?
- dificuldade de interpretação das mesmas por quem é responsável pelo envio da informação?
- desadequação entre a realidade desejada e plasmada na Estratégia e os efetivos meios de execução da mesma?

- desadequação entre as prioridades assumidas na Estratégia e as prioridades definidas pelos atores de ED?
- Análise por critérios específicos (geográficos, financiamento, atores, parcerias)
 - desequilíbrio muito grande do âmbito geográfico das atividades;
 - ao nível das escolas e das autarquias abrangidas por atividades de ED, verifica-se uma inversão na tendência de predomínio da região de Lisboa, registando-se uma maioria de escolas e autarquias da região Norte, bem como um valor significativo para a região Centro;
 - baixo acesso a fundos internacionais (CE e outros) por parte das ONGD;
 - ao nível do financiamento por parte de entidades públicas, o IPAD/Camões tem uma predominância muito destacada;
 - as ONGD destacam-se claramente enquanto principais promotoras de atividades de ED;
 - é referida uma prática alargada de trabalho em parceria.
- Conclusões gerais
 - a ainda insuficiente clareza do que é a ED e das relações entre a ED e as outras “Educações para...” - a falta de conhecimento e de manuseamento da ENED e do seu Plano de Ação também foi sentida
 - é difícil, particularmente nestes dois anos, estabelecer uma relação direta de causalidade entre a ENED e as atividades de ED realizadas pelos diferentes atores;
 - apesar das limitações do presente relatório, que podem dar origem a algumas imprecisões, os dados recolhidos demonstram-se quantitativamente significativos.

Recomendações:

1. Que se continue a aprofundar o significado da ED e das suas relações com as outras “Educações para...”, envolvendo todos os atores mais relevantes;
2. Que se reforcem as tipologias de ação que têm obtido menos atenção (não diminuindo todo o trabalho já realizado noutros âmbitos), nomeadamente: a formação de agentes de ED, tanto no quadro da educação formal, como da educação não formal; a investigação na área da ED; as ações de sensibilização e de influência política com registo de atividades e de partilha de aprendizagens;

3. Que se considerem, em relatórios posteriores, outros atores que também já desenvolvem atividades de ED e que se façam esforços para motivar novos atores a promover atividades de ED como, por exemplo, as Escolas Superiores de Educação (ESE);
4. Que se incentive a realização de atividades de ED em áreas geográficas onde isso ainda não acontece, de modo a equilibrar o acesso dos e das cidadãos e das cidadãs a essas atividades;
5. Que se dê uma particular atenção à sistematização e partilha de conhecimentos sobre a teoria e a prática de avaliação de atividades de ED e à qualidade dos instrumentos que a podem apoiar, incluindo os que são utilizados na elaboração dos relatórios da ENED;
6. Que se envidem todos os esforços no sentido de aumentar e diversificar os financiamentos disponíveis para a concretização da Estratégia;
7. Que se aposte no estreitamento de laços entre as instituições dos Grupos de Trabalho;
8. Que se estabeleça um modelo de planificação e de recolha de dados claro e de fácil operacionalização, com o recurso à elaboração de instrumentos de trabalho acessíveis e práticos;

G – ANEXOS

- 1 - Termos de referência do próprio relatório
- 2 - Lista das ONGD contactadas e sua adesão
- 3 - Projetos aprovados na linha de financiamento de ED, em 2010
- 4 - Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

ANEXO 1

Termos de Referência

Relatório anual global de atividades da ENED

1. Enquadramento

Em 26 de novembro de 2009, foi publicado em Diário da República o documento de orientação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED), aprovado através de despacho conjunto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e do Secretário de Estado Adjunto e da Educação. A 22 de abril de 2010, o respetivo Plano de Ação foi subscrito, através de protocolo, por 14 instituições públicas e organizações da sociedade civil envolvidas no processo de elaboração:

- IPAD (atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua);
- DGIDC - Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação (atual DGE - Direção-Geral de Educação);
- Plataforma Portuguesa das ONGD;
- CIDAC – Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral;
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural;
- APEDI – Associação de Professores para a Educação Intercultural;
- ARIPESE - Associação de Reflexão e Intervenção na Política educativa das Escolas Superiores de Educação;
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;
- Comissão Nacional Justiça e Paz;
- Comissão Nacional da UNESCO;
- Conselho Nacional da Juventude;
- CPADA – Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente;
- IPJ - Instituto Português da Juventude (atual Instituto Português do Desporto e Juventude).

O documento de orientação contempla 4 objetivos específicos e 26 medidas. O Plano de Ação compreende 57 tipologias de atividades e indicadores, cujo seguimento incumbe a uma Comissão de Acompanhamento composta por 4 das 14 entidades subscritoras, a saber: IPAD; DGIDC; Plataforma Portuguesa das ONGD; CIDAC. O Plano de Ação contempla a elaboração de um relatório anual de acompanhamento da ENED, aqui designado de relatório anual global de atividades da ENED.

No seguimento da subscrição do Plano de Ação, foram concebidos um calendário de planeamento e um dispositivo de acompanhamento e avaliação, que carecem da devida operacionalização.

Neste dispositivo de acompanhamento e avaliação, encontram-se previstos os instrumentos para a elaboração do relatório anual global de atividades da ENED.

2. Objetivos

O principal objetivo do presente relatório é o de monitorizar a execução da ENED em Portugal, nos anos de 2010 e 2011.

Este objetivo geral desdobra-se em diversos objetivos específicos:

- identificar as medidas que estão a ser cobertas e as que não estão a ser cobertas pelas atividades em curso;
- reconhecer os principais atores que intervêm na área de ED em Portugal.
- identificar os públicos-alvo das atividades de ED;
- identificar as áreas geográficas de maior e de menor intervenção e, nomeadamente, as escolas e agrupamentos de escolas nas quais se realizaram ou que foram envolvidas em atividades de ED;
- identificar os principais entidades financiadoras das atividades da ENED;
- ler criticamente os resultados, permitindo formular conclusões e recomendações.

Para além destes objetivos específicos que se pretendem alcançar, também se considera que o relatório anual é um passo importante para:

- analisar o processo de planeamento, acompanhamento e monitorização da ENED, permitindo o ajuste do mesmo;
- contribuir para a avaliação do mecanismo de avaliação da ENED.

3. Metodologia

Os relatórios anuais são elaborados com base na recolha de informação conseguida junto da Comissão de Acompanhamento da ENED, junto das instituições subscritoras do Plano de Ação da ENED, junto das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) ou doutros atores que concorram para a execução da estratégia nacional.

Esta recolha de dados é realizada tendo por base o dispositivo de acompanhamento e avaliação elaborado para o efeito.

Os contactos são feitos através do correio eletrónico e por via telefónica, após indicação da Comissão de Acompanhamento.

Os dados recolhidos são introduzidos em bases de dados e tratados estatisticamente de acordo com as linhas de análise definidas pela equipa de avaliação, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento.

As sucessivas versões provisórias do relatório devem ser validadas pela Comissão de Acompanhamento e, posteriormente, pelas demais entidades subscritoras do Plano de Ação e por outros intervenientes na recolha de dados.

O relatório anual deve ser elaborado durante o 1.º semestre do ano subsequente ao qual se reporta.

4. Conteúdo

O relatório anual tem a seguinte estrutura:

- Nota introdutória – apresentação do enquadramento da elaboração do relatório; apresentação das entidades responsáveis pelo relatório e pela sua execução;
- Objetivos do relatório – apresentação dos objetivos do relatório;
- Metodologia – apresentação do processo de recolha dos dados; justificação das opções tomadas e das limitações do relatório;
- Apresentação dos dados por tipologia de atividades – apresentação do número de atividades efetuadas em cada tipologia de atividade, para perceção do nível de cobertura da ENED; é importante incluir uma explicação de cada uma das medidas e tipologias, para facilitar a sua compreensão; é ainda essencial ensaiar explicações para as categorias de tipologias inteiramente não cobertas;
- Apresentação de dados por critérios – análise dos dados por critérios pré-definidos; são tidos em conta, sempre que possível, os seguintes critérios: local de realização das

atividades, público-alvo a quem se dirigem, responsáveis pela promoção, execução, parcerias, entidades financiadoras e volume de financiamento;

- Conclusões e recomendações – apresentação das conclusões e recomendações agrupadas por objetivo; são tidas em conta a existência de efeitos indiretos e as aprendizagens com os processos.

- Anexos – apresentação dos quadros de recolha de dados e de outros documentos importantes; os presentes Termos de Referência também constam dos mesmos anexos.

5. Resultados esperados e cronograma

A cada ano pretende-se conseguir:

- Uma recolha dos dados junto às instituições dinamizadoras de atividades da ENED, referidas anteriormente – até março de cada ano;

- Uma primeira versão do relatório para aprovação pela Comissão de Acompanhamento – até ao final de abril de cada ano;

- Uma versão do relatório para aprovação pelas diversas instituições que forneceram dados para o relatório anual – até ao final de maio de cada ano;

- Uma versão final do relatório anual – até ao final de junho de cada ano.

6. Responsável pela redação

A redação do relatório está a cargo do Gabinete de Estudos para a Educação e Desenvolvimento (GEED) da Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), uma vez que é a instituição responsável pelo projeto "Capacitação da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo em Educação para o Desenvolvimento (ED) e em matéria de planeamento, acompanhamento e avaliação da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento 2010-2015 (ENED)", objeto do contrato-programa celebrado entre o IPAD e a Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento, em nome do IPVC, em 2011.

7. Responsável pela aprovação e divulgação

A aprovação e divulgação do relatório é da competência da Comissão de Acompanhamento da ENED, constituída pelo IPAD (atual Camões), pela DGIDC (atual DGE), pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo CIDAC.

ANEXO 2

Quadro das ONGD que foram contactadas e sua adesão

ABRAÇO - Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA			X
ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos			X
ADDHU - Associação de Defesa dos Direitos Humanos			X
ADPM - Associação de Defesa do Património de Mértola			X
ADRA - Associação Adventista para o Desenvol., Recursos e Assistência			X
AidGlobal - Acção e Integração para o Desenvolvimento Global			X
AJAP - Associação dos Jovens Agricultores de Portugal	X		
AJPaz - Acção para a Justiça e Paz	X		
AMU - Cooperação e Solidariedade Lusófona por um Mundo Unido	X		
APCD - Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	X		
APF - Associação para o Planeamento da Família			X
APOIAR - Associação Portuguesa de Apoio a África	X		
ATA - Associação Tropical Agrária	X		
Atlas - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento			X
Batoto Yetu (Associação Cultural e Juvenil)		X	
CARITAS PORTUGUESA		X	
CEAUP - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto			X
CHAPITÔ	X		
CIC - Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura	X		
CIDAC - Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral			X
CPR - Conselho Português para os Refugiados			X
EAPN Portugal	X		
Engenho e Obra - Associação para o Desenvolvimento			X
EPAR - Desenvolvimento, Ensino, Formação e Inserção CLR		X	
Equipa d'África (Associação)	X		
FEC - Fundação Fé e Cooperação			X
FOM - Fundação Oliveira Martins	X		
Fundação Bomfim	X		
Fundação Champagnat			X
Fundação Cidade de Lisboa		X	
Fundação Gonçalo da Silveira			X
Fundação Teresa Regojo	X		
G.A.S. Porto - Grupo de Acção Social do Porto		X	
GRAAL - Associação de Carácter Social e Cultural	X		
GTO Lx - Grupo Teatro do Oprimido de Lisboa		X	
HELPO			X
IED - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento	X		
IEEI - Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais			
IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr			X
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento	X		
ISU - Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária			X
Leigos Para o Desenvolvimento	X		
Ligar à Vida - Associação de Gestão Humanitária para o Desenvol.	X		
Médicos do Mundo			X

Meninos do Mundo			X
MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	X		
Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas Solidários		X	
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento			X
OMAS - Leigos da Boa Nova			X
ORBIS - Cooperação e Desenvolvimento	X		
PAR - Respostas Sociais			X
PRO DIGNITATE - Fundação de Direitos Humanos	X		
Raia Histórica - Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira	X		
Rosto Solidário - Associação de Desenvolvimento Social e Humano			X
Saúde em Português		X	
SOLSEF - Sol sem Fronteiras			X
SOPRO – Solidariedade e Promoção			X
SUL - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento	X		
TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado	X		
TESE - Associação para o Desenvolvimento			X
URBÁFRICA - ONG para a Cooperação e Desenvolvimento Urbano			X
UMP – União das Misericórdias Portuguesas		X	
UNICEF (Comité Português para a)	X		
Veterinários Sem fronteiras	X		
VIDA - Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento Africano			X
VITAE - Associação de Solidariedade e Desenvolvimento Internacional	X		
WACT			X

ANEXO 3

Dados relativos aos projetos aprovados na fase de candidatura de 2010, na linha de financiamento para projetos de ED.¹¹

ONGD	Projeto	Medidas da ENED
ACEP	Alfabeto do desenvolvimento	1.2., 2.2., 3.3. e 4.3.
AIDGLOBAL	“Educar para Cooperar” Loures – 2ª edição	1.1., 2.3., 2.6 e 4.4.
CIDAC	Reinventar fronteiras: percursos de proximidade entre actores educativos de Educação para a Cidadania Global	1.2., 1.3, 2.2., 2.3., 2.4., 2.6., 4.5., e 4.6.
CIDAC	Contraponto – leituras plurais do mundo, os modelos de desenvolvimento em questão	4.1.
FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA	Campanha Global pela Educação (2.ª Fase)	2.2., 2.3., 3.1, 3.2., 4.1., 4.2., 4.3., 4.4., 4.5., 4.6. e 4.8.
IEEI	Despertar para uma cidadania Global: A tua voz, “ATUA” Escola, o teu Mundo	2.2., 2.3., 2.4., 2.6., 3.4. e 3.5.
IMVF	Redes para o Desenvolvimento: Da Geminação a uma Cooperação mais Eficiente	1.1., 1.5., 1.7. e 4.5.
IMVF	Educação para a Justiça Social: mobilização, formação e advocacia social (2.ª Fase)	2.2, 2.3., 2.4., 2.6., 4.4 e 4.5.
IMVF	Objectivo: Coerência das Políticas para o Desenvolvimento (3.ª Fase)	1.3., 1.5., 1.7., 4.3. e 4.6.
IMVF	Jovens Urbanos Activos: Estilos de Vida e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio	1.1., 1.2., 1.3., 3.3, 3.4., 4.1. e 4.2.
ISU	Des(envolver): a Educação para o Desenvolvimento no Voluntariado para a Cooperação	1.1., 1.2., 1.7., 3.2. e 3.3.
OIKOS	Cinema Documental ODM	4.1. e 4.3.
PAR	Agência ODM: Advocacy pelos ODM - 2.ª Fase	1.1., 1.7., 3.2. e 4.1.

¹¹ Por questões metodológicas optamos por não incluir nesta lista os projetos que ainda estavam em execução em 2010 e 2011 mas que tinham sido financiados por linhas abertas em anos anteriores.

ANEXO 4

Algumas referências e atividades internacionais relacionadas com a ENED

A nível internacional tem sido efetuado um trabalho sistemático através da presença de representantes de Portugal em diversos fora, onde a ENED tem sido reconhecida por diversas vezes. Apresentam-se em seguida alguns exemplos deste reconhecimento internacional:

- **GENE, Global Education Network Europe:** o caso português é visto como uma boa prática, a ser observado de perto no âmbito do *Peer Review* anunciado para 2013, e devidamente testemunhado em várias ocasiões, com destaque para o seminário internacional sobre estratégias de ED, realizado em Lisboa em 1 e 2 de junho, e para a intervenção do Professor Liam Wegimont, Diretor do GENE, no quadro das II Jornadas de ED, de 21 de janeiro de 2012, como já foi anteriormente referido;

- **European Multi-stakeholder group on Development Education** (agrega a CONCORD-Confederação Europeia das ONGD, o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, o Centro de Desenvolvimento da OCDE, a Comissão Europeia, várias plataformas europeias de organizações da sociedade civil e de municípios e diversos Estados-Membros da UE): é, atualmente, copresidido por Portugal e pela CONCORD, e tem promovido vários eventos e publicações, onde o nosso país tem sido apresentado como um caso de estudo:

- a participação de um representante português, enquanto orador, no seminário “European Citizens as Catalysts of Change”, a 23 de outubro de 2009, em Estocolmo, no quadro dos “Dias Europeus do Desenvolvimento”;
- a descrição da situação portuguesa no relatório “European Development Education Monitoring Report (DE Watch)”, de maio de 2010;
- a apresentação caso de estudo português no seminário “Fostering National DEAR strategies”, a 19 de maio de 2011, em Bruxelas;
- a publicação do artigo “The Portuguese National Strategy Process: a success story threatened by the budget crises”, no dossier temático “Strategic approaches to development education in Europe”, em agosto de 2011;

- **Centro Norte-Sul do Conselho da Europa:** o caso português tem sido apresentado como uma boa prática no quadro do projeto de capacitação dos 12 “novos Estados-Membros” da U.E. em ED, Educação Global e Cooperação para o Desenvolvimento, cofinanciado pela Comissão Europeia:

- a Estratégia portuguesa de ED foi apresentada na conferência “Launching event for promoting global development education in the new EU member States”, a 23 de março de 2009;
 - a Estratégia portuguesa voltou a ser apresentada no seminário “Global Development Education in Slovakia”, realizado a 27-28 de maio, em Bratislava (note-se que a Eslováquia acabou de aprovar uma Estratégia com uma estrutura e no seguimento de um processo que segue de perto o exemplo português);
 - o IPAD e a Plataforma Portuguesa das ONGD foram convidados pelo Centro Norte-Sul a fazerem parte da comissão organizadora do 2.º Congresso Europeu de Educação Global, a ocorrer em Lisboa a 27 e 28 de setembro de 2012 – o mais importante evento na área, desde o 1.º Congresso de Maastricht, de 2002, que contou com vários/as representantes portugueses/as, inclusive, de nível governamental;
- **Comissão Europeia:** o caso português é, mais uma vez, identificado como um exemplo a ter em consideração:
- no relatório “Study on the experience and actions of the main european actors active in the field of development education and awareness raising” (“DEAR Study”), de novembro de 2010;
 - no discurso do Comissário Andris Piebalgs no Parlamento Europeu, a 30 de agosto de 2012 (“I am also glad to see that many EU Member States, such as Portugal or most recently the Czech Republic, have already adopted a strategy on development education. These strategies are in most cases the fruit of intense multi-stakeholder processes at national level. They are a striking illustration of just how vibrant the European DEAR community is”);
- **OCDE:**
- em 2010, no “peer review” do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) a Portugal, concluiu-se que “Portugal’s approach to development education is likely to be of interest to other DAC members”;
 - um representante português apresentou a Estratégia portuguesa de ED na reunião anual da DEVCom (rede de comunicadores) do CAD, em Helsínquia, a 18 de outubro de 2010.